

HISTÓRIA e MEMÓRIA pelos Caminhos do Tempo

Org. Jader Silveira

v.2
2024

HISTÓRIA e MEMÓRIA

pelos Caminhos do Tempo

Org. Jader Silveira

v.2
2024

© 2024 – Editora Ópera

www.editoraopera.com.br

editoraopera@gmail.com

Organizador

Jader Luís da Silveira

Editor Chefe: Jader Luís da Silveira

Editoração e Arte: Resiane Paula da Silveira

Capa: Freepik/Ópera

Revisão: Respective autores dos artigos

Conselho Editorial

Ma. Heloisa Alves Braga, Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, SEE-MG

Me. Ricardo Ferreira de Sousa, Universidade Federal do Tocantins, UFT

Me. Guilherme de Andrade Ruela, Universidade Federal de Juiz de Fora, UFJF

Esp. Rícael Spirandeli Rocha, Instituto Federal Minas Gerais, IFMG

Ma. Luana Ferreira dos Santos, Universidade Estadual de Santa Cruz, UESC

Ma. Ana Paula Cota Moreira, Fundação Comunitária Educacional e Cultural de João Monlevade, FUNCEC

Me. Camilla Mariane Menezes Souza, Universidade Federal do Paraná, UFPR

Ma. Jocilene dos Santos Pereira, Universidade Estadual de Santa Cruz, UESC

Ma. Tatiany Michelle Gonçalves da Silva, Secretaria de Estado do Distrito Federal, SEE-DF

Dra. Haiany Aparecida Ferreira, Universidade Federal de Lavras, UFLA

Me. Arthur Lima de Oliveira, Fundação Centro de Ciências e Educação Superior à Distância do Estado do RJ, CECIERJ

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Silveira, Jader Luís da
S587h História e Memória: pelos Caminhos do Tempo - Volume 2 / Jader
Luís da Silveira (organizador). – Formiga (MG): Editora Ópera,
2024. 87 p. : il.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-85284-24-0

DOI: 10.5281/zenodo.13338554

1. História. 2. História Geral. 3. Memória e Tempo. I. Silveira, Jader
Luís da. II. Título.

CDD: 907

CDU: 93

*Os artigos, seus conteúdos, textos e contextos que participam da presente obra apresentam
responsabilidade de seus autores.*

Downloads podem ser feitos com créditos aos autores. São proibidas as modificações e os fins
comerciais.

Proibido plágio e todas as formas de cópias.

Editora Ópera

CNPJ: 35.335.163/0001-00

Telefone: +55 (37) 99855-6001

www.editoraopera.com.br

editoraopera@gmail.com

Formiga - MG

Catálogo Geral: <https://editoras.grupomultiatual.com.br/>

Acesse a obra originalmente publicada em:

<https://www.editoraopera.com.br/2024/08/historia-e-memoria-pelos-caminhos-do.html>



AUTORES

**EDLAYNE ALVES DE OLIVEIRA
ELIANE RIBEIRO PINTO SILVA
GEOVAN SOUZA SILVA
JANY KERLY MENDES CORRÊA
JÉSSICA MENDES
ROGÉRIO DE CARVALHO VERAS
SHIRLANE MARIA BATISTA DA SILVA MIRANDA**

APRESENTAÇÃO

A relação entre história e memória é uma temática de extrema relevância e complexidade, que tem sido objeto de estudo e debate por diversos intelectuais ao longo dos séculos. A história, como disciplina, busca compreender e narrar os eventos passados, apoiando-se em métodos científicos e rigorosos. A memória, por sua vez, é mais subjetiva e pessoal, constituindo-se a partir das vivências e percepções individuais e coletivas. Ambas se entrelaçam de maneira indissociável, influenciando-se mutuamente e contribuindo para a construção da identidade e da consciência histórica de sociedades e indivíduos.

"História e Memória: pelos Caminhos do Tempo" traz ao leitor uma análise das formas como a memória molda a compreensão histórica e, reciprocamente, como a história influencia e reorganiza as memórias. Através de trabalhos e bem fundamentados, os autores nos conduzem por diferentes épocas e contextos, revelando como a memória é preservada, transformada ou esquecida, e como esses processos impactam a formação histórica.

O leitor encontrará uma oportunidade de ampliar seus horizontes e de engajar-se com questões fundamentais sobre o tempo, a lembrança e a narrativa histórica. É um convite para repensar os alicerces de nosso entendimento do passado e para reconhecer a importância das memórias na construção do presente e na projeção do futuro.

Esperamos que esta leitura seja, portanto, um encontro fecundo com o saber e uma fonte inesgotável de inspiração para todos aqueles que se interessam pelos intrincados caminhos da história e da memória.

SUMÁRIO

Capítulo 1 O ENSINO DE HISTÓRIA DA AMAZÔNIA MARANHENSE: A FRONTEIRA E O DEBATE AMAZÔNICO NA BNCC <i>Edlayne Alves de Oliveira; Rogério de Carvalho Veras</i>	08
Capítulo 2 "REFLEXÕES HISTÓRICAS SOBRE O CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA NO BRASIL E A IMPORTÂNCIA DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO NA FORMAÇÃO INICIAL DO DOCENTE" <i>Eliane Ribeiro Pinto Silva; Shirlane Maria Batista da Silva Miranda</i>	24
Capítulo 3 PROJETOS DE REPÚBLICA A PARTIR DO JORNAL DE JOSÉ DO PATROCÍNIO - CIDADE DO RIO (1887-1902) <i>Geovan Souza Silva</i>	39
Capítulo 4 EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NA UEB SÃO RAIMUNDO: DOS REGISTROS DE PATRIMÔNIOS HISTÓRICOS EM SÃO LUÍS ÀS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NA SALA DE AULA <i>Jany Kerly Mendes Corrêa</i>	58
Capítulo 5 IMPrensa JUIZ-FORANA, SILENCIAMENTO E CULTURA NEGRA: MARCAS DO HIP-HOP <i>Jéssica Mendes</i>	71
AUTORES	85

Capítulo 1
O ENSINO DE HISTÓRIA DA AMAZÔNIA MARANHENSE:
A FRONTEIRA E O DEBATE AMAZÔNICO NA BNCC

Edlayne Alves de Oliveira
Rogério de Carvalho Veras

O ENSINO DE HISTÓRIA DA AMAZÔNIA MARANHENSE: A FRONTEIRA E O DEBATE AMAZÔNICO NA BNCC

Edlayne Alves de Oliveira

*Mestre em Ensino de História, Programa de Mestrado Profissional em História-
PROFHISTORIA- Universidade Federal do Maranhão-UFMA.*

E-mail: edlayne.oliveira@discente.ufma.br

Rogério de Carvalho Veras

*Doutor em História pela Universidade Estadual Paulista - UNESP/Assis-SP. É professor do
Mestrado Profissional em Ensino de História (UFMA/São Luís-MA), do Programa de Pós-
graduação em Sociologia (UFMA/Imperatriz-MA) e do curso de Licenciatura em Ciências
Humanas/Sociologia (UFMA/Imperatriz-MA)*

E-mail: rogerio.veras@ufma.br

RESUMO

Previsto desde a Constituição de 1988, o documento da Base Comum Curricular (BNCC) de 2017, alcançou 100 % de implementação no estado do Maranhão em 22 de dezembro de 2021. O texto propõe ser uma base que promova a unificação do currículo escolar, tornando-o assim capaz de abranger de forma mais coletiva o que seria a base educacional no país. Destacamos a presença do território que aqui nomeamos de Amazônia Maranhense e que geopoliticamente é chamada de Amazônia Legal, ela corresponde à 181 municípios dos 217 correspondentes ao estado do Maranhão. Apontamos o conceito de “fronteira” debatido por José de Sousa Martins (2019), que a propõe como espaço de degradação do “Outro”. Nesse sentido, também apontamos a invisibilidade da Amazônia Maranhense nos currículos formais. Acreditamos que o currículo nacional pode ser ainda mais debatido e suas limitações superadas, pelos espaços de discussão e de fala dessas temáticas da fronteira no ensino de História.

Palavras-chave: Amazônia Maranhense; BNCC; Ensino de História; Fronteira.

ABSTRACT

Planned since the 1988 Constitution, the document of Common Curricular Base (BNCC), created in 2017, reached 100% implementation in the state of Maranhão on December 22, 2021. The text proposes to be a basis that promotes the unification of the school curriculum, thus making it capable of covering in a more collective way what would be the educational base in the country. We highlight the presence of the territory that we here call Amazônia Maranhense and which geopolitically is called Legal Amazon, it corresponds to 181 municipalities out of the 217 corresponding to the state of Maranhão. We point to the concept of “Frontier” discussed by José de Sousa Martins (2019), who proposes it as a space for the degradation of the “Other”. In this sense, we also point out the invisibility of the Maranhão Amazon in formal curricula. We believe that the national curriculum can be further debated and its limitations overcome, through spaces for discussion and discussion of these frontier themes in History teaching.

Keywords: Maranhão Amazon; BNCC; Teaching History; Frontier.

1. A que espaço se refere a Amazônia Maranhense

O território que denominamos por Amazônia Maranhense supera o conceito geopolítico do senso comum que estrutura o território amazônico como apenas pertencente a região norte do país. Mas utilizando dessa estrutura geopolítica de delimitação regional, tomamos como base para noção da Amazônia Maranhense, a chamada Amazônia Legal, espaço que concentra no Maranhão, características geográficas atribuídas à Amazônia.

Dessa mesma forma, esta região liga-se à Amazônia por aspectos de formação histórica, de identidade, de costumes e culturas, com muita influência no cotidiano e memória coletiva da sociedade local, inclusive relacionada à sua fundação e aos diferentes ciclos econômicos vivenciados pela região.

De acordo com Neves, (2008, p.2):

A construção de uma localidade, por ser atividade de um grupo humano, envolve: constituição de articulações sociais (interatividade e complementaridade); de identidade cultural (sentimento de pertencimento); de especificidade do político (representações, instituições); e de conexão entre as diferentes escalas da organização social (família, classe e intercâmbios extra grupais).

Nesse sentido, o conceito de região constitui um território de sociabilidades, um

lugar montado a partir das relações entre os sujeitos. Dentro desse espaço são definidas permanências, rupturas e territorialidades, reunindo neste conceito noções de construção simbólica de uma especificidade, tendo como elementos principais os indivíduos e suas vivências, elementos culturais, conflitos ou concessões e, por fim, territórios de delimitação administrativa.

De acordo com Bezzi (2002, p 17).

A região é a apropriação simbólica de uma porção do espaço por um determinado grupo o qual é também um elemento constitutivo da identidade regional, está representada por códigos e significações que são vivenciadas de forma cotidiana pelos indivíduos, produzindo, assimilando e reproduzindo seu próprio dinamismo de acordo com a sociedade global

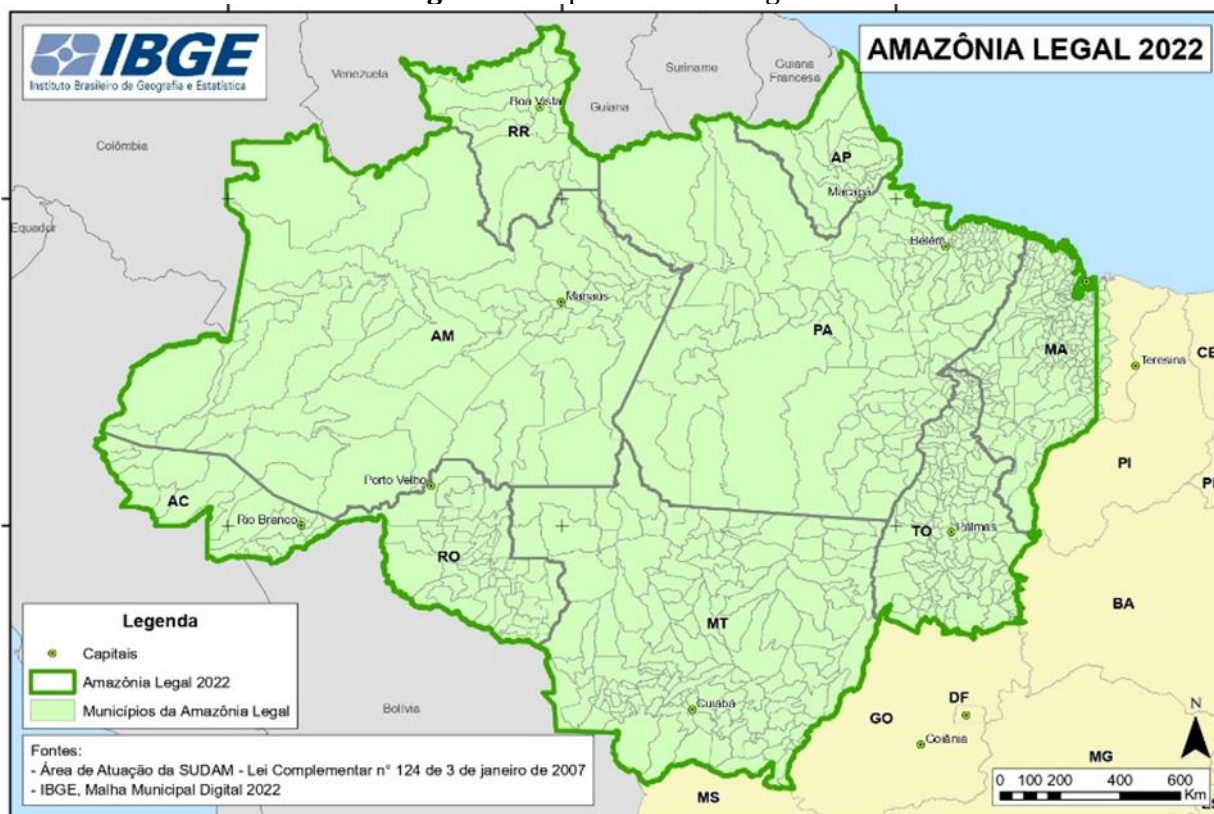
Além da influência histórica e cultural da população nativa da região, o território amazônico sofre com a constante exploração, por apresentar muitas riquezas e despertar muito interesse. O estudo da Amazônia Maranhense é muito importante, considerando que ela constitui maioria no território denominado CEB (Centro de Endemias Belém). De acordo com a notícia veiculada pelo portal Diálogo Florestais, esse território corresponde ao mais demograficamente ocupado e com maior concentração de riqueza.

O Centro de Edemismo Belém compreende uma área de 128 municípios, sendo 62 deles no Pará e 85 no Maranhão. É considerado território mais rico de biodiversidade da Amazônia. Entretanto, também é o mais ameaçado: 70% da biodiversidade da região já foi suprimida para estruturação das cidades. “Das espécies ameaçadas da Amazônia, 42 são endêmicas desse sistema. Há apenas uma área de conservação e pequenas reservas florestais em toda a extensão”, conta a engenheira agrônoma Thiara Fernandes, do Instituto Peabiru é uma das participantes da transmissão do Diálogo Florestal. “É necessário que exista um esforço para a manutenção e preservação desse território”, salienta. A pesquisadora Marlucia Martins, do Museu Paraense Emílio Goeldi, também foi uma das convidadas da live e destacou que, além de espécies que podem ser apenas encontradas no território, o Centro de Endemismo Belém ainda possui características ecológicas particulares. “É nesta região onde começou a ocupação humana na Amazônia e é a área mais densamente povoada da Amazônia. Ao mesmo tempo que reúne características biológicas importantes, também é fundamental no entendimento das relações humanas com a Amazônia”, sinaliza. (FERREIRA, 2020).

No entanto, uma série de implicações acabam por lançar questionamentos no que diz respeito ao avanço nas discussões ou retrocessos. Dentre essas implicações destacamos a presença do território que aqui nomeamos de Amazônia Maranhense e que

geopoliticamente é chamada de Amazônia Legal¹, ela corresponde à 181 municípios dos 217 correspondentes ao estado do Maranhão². Não interpretando somente o espaço geopolítico como também a influência do cotidiano, das vivências e da memória coletivas que constantemente são demonstradas por nossos alunos, que são caracterizados por serem indivíduos que vivenciam a região. Para ilustrar a região, vejamos o seguinte mapa:

Figura 2- Mapa Amazônia Legal³



Fonte:IBGE(2022)

Inúmeras foram as iniciativas de ocupação da Amazônia, desde o processo de colonização, de expansão colonial, de exploração de drogas do sertão, de madeira, de minério, de borracha, o estabelecimento de colônias, entre outras até os dias atuais.

Caracterizar a Amazônia Maranhense como fronteira, espaço de convergência, assim como de embate com o “Outro”, está diretamente ligado aos estigmas, imaginários

¹ A Amazônia Legal corresponde à área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia -SUDAM delimitada no Art. 2º da Lei Complementar n. 124, de 03.01.2007 (IBGE, 2020).

² Totalidade de municípios registrados no Estado do Maranhão, de acordo com a categoria “organização territorial” realizada pelo Censo 2018. (IBGE, 2018).

³IBGE (2022) disponível em: https://geoftp.ibge.gov.br/organizacao_do_territorio/estrutura_territorial/amazonia_legal/2022/Mapa_da_Amazonia_Legal_2022_sem_sedes.pdf

e discursos que foram construídos sobre a Amazônia no Brasil. Um desses discursos, o de “terra de promessa”, citado por Cesco e Lima (2018), demonstra bem as relações traçadas a partir das ideias que colocavam a Amazônia brasileira como um território de progresso em potencial, o chamado “Ouro Verde” e ou “Deserto Verde”, expressões que reúnem a concepção de local de muitas riquezas e com amplas áreas a serem ocupadas.

Diversas frentes de ocupação amazônicas foram implementadas por governos nacionais, desde o século XIX até os dias atuais, passando pelo período da ditadura do presidente Vargas, e da ditadura militar na década de 70, quando a Amazônia passou a ter as suas fronteiras vigiadas pelo plano de segurança nacional de proteção de fronteiras, neste caso, fronteiras físicas. Ao longo desse espaço temporal, as iniciativas de colonização, expulsão dos indígenas, ocupação agrícola e de ligação da “isolada” Amazônia ao resto do território foram muitas. (Cesco e Lima, 2018).

Já a frente de expansão maranhense acabava por vir do nordeste do Brasil, alegando que as terras de “cá”, eram mais fortes e férteis, e dessa forma os sertanejos ocupavam terras devolutas, ou as chamadas “terras livres”. Nesse território que corresponde a uma parte dessa Amazônia maranhense, ocupada pelos sertanejos nordestinos migrantes, é importante discutir o seu modo de organização, especialmente com a formação das lutas camponesas na região. Segundo Sader (2015 p.71):

O vale conhece uma violência muito grande a partir de meados dos anos 50, que se intensifica na década seguinte, sofrendo grandes transformações, que implicam no fracionamento do município de Pindaré-Mirim com a criação dos municípios de Santa Luzia, Santa Inês, Bom-Jardim. O aporte importante de populações oriundas de outras áreas do Maranhão e outros estados do Nordeste, expulsas pela valorização crescente das terras situadas a leste e centro-norte do estado, de início segue o padrão original de ocupação. Esse padrão era caracterizado pela importante presença de um campesinato que, no Maranhão, teve condições de desenvolvimento em virtude de fatores históricos precisos.

Nas ocupações do território, destaca-se o homem sertanejo, os tropeiros, usineiros, caminhoneiros, boiadeiros pela estrada abarcando e multiplicando os seus espaços de exposição. Participa também desse movimento de alargamento e uso das fronteiras o agronegócio e os garimpeiros que ocupam esses espaços. Os enfrentamentos são sobretudo referentes à terra, a extração de madeira ilegal, o avanço do agronegócio, dos garimpeiros e posseiros sobre as terras camponesas e indígenas. Nesse ponto, é necessário citar dois casos recentes que exemplificam os estados de conflitos nessas áreas

fronteiriças, mas que não são casos isolados.

Para ilustrar a frequência destes casos, irei citar acontecimentos recentes relacionados ao conflito de terras que ganharam bastante visibilidade, e dentro desta exposição, não esqueceremos as dezenas de casos que não chegam às mídias.

O caso de desaparecimento e assassinato do repórter britânico Dom Phillips e do indigenista Bruno Pereira tomou grande repercussão, sobretudo por envolver entidades internacionais buscando resolução, entendimento do caso e as motivações para o crime. O mesmo ainda que não possuindo resolução final, segue em sua linha de investigação, os conflitos característicos da região de Fronteira. Abaixo um trecho da reportagem realizada pelo Canal CNN BRASIL (2022):⁴

Quando comunicou o desaparecimento, a Univaja citou supostas ameaças sofridas pela dupla. “Na semana do desaparecimento, conforme relatos dos colaboradores da Univaja, a equipe recebeu ameaças em campo. A ameaça não foi a primeira, outras já vinham sendo feitas a demais membros da equipe técnica da Univaja, além de outros relatos já oficializados para a Polícia Federal, ao Ministério Público Federal em Tabatinga, ao Conselho Nacional de Direitos Humanos e ao Indigenous Peoples Rights International”, informava o comunicado. Em seis documentos feitos pela Univaja e enviados ao Ministério Público Federal do Amazonas, Polícia Federal, Força Nacional de Segurança Pública e à FUNAI (Fundação Nacional do Índio), informam que a região onde ocorreu o desaparecimento vem sofrendo com ataques a tiros contra indígenas, saída de pesca irregular e constantes invasões para extração irregular de animais.

Outro episódio que ganhou repercussão mundial por conta da extrema violência foi a escalada de ataques que ocorreram no território indígena Yanomami, que se localiza nos estados do Amazonas e Roraima. O conflito pela área se dá pelo interesse do garimpo ilegal de realizar extração na região.

Cercados pelos garimpeiros, os Yanomanis recebem ataques violentos e constantes que se intensificaram nos meses de maio a julho de 2021. Os ataques consistiram em abrir fogo à esmo na população indígena, afundar embarcações e sequestro, os atentados violentos acabam por criar uma tensão característica da Fronteira, que promove a degradação do outro. Colocamos os casos citados como exemplos desta.

⁴ Reportagem disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/entenda-o-desaparecimento-indigenista-e-jornalista-ingles-no-amazonas/>

A área em questão é vasta, segundo reportagem do El País (2021),⁵ o território reivindicado ilegalmente pelos garimpeiros possui extensão territorial maior que a Bélgica e muitas riquezas minerais. No trecho abaixo é possível demonstrar os interesses que por vezes desencadeiam os conflitos na Fronteira.

A TI Yanomami, um vasto território de quase 10 milhões de hectares divididos entre Amazonas e Roraima, é a terra indígena brasileira com maior área formalmente requisitada para mineração. São cerca de 3,3 milhões de hectares (34,3% da área total da TI) requeridos para extração mineral em 500 pedidos registrados na Agência Nacional de Mineração (ANM) — uma extensão territorial maior do que a Bélgica (3 mi ha) ou que o estado de Alagoas (2,7 mi ha) em disputa com mineradores. Quase um terço de todos esses pedidos registrados buscam por ouro.

Não isolado disso, está o Maranhão, onde se tem os conflitos de terra que, entre outras situações, podemos destacar o caso do líder quilombola assassinado em abril deste mesmo ano, em decorrência da disputa por terras conforme matéria do G1 (2022).

⁶Abaixo um trecho da entrevista:

Estive na comunidade de Jacarezinho em 2021, em escuta com a comunidade e com Edvaldo Rocha. Há anos, a comunidade enfrenta o avanço de madeireiros sobre suas terras. Enfrentam um conflito com uma empresa de extrativismo vegetal. A comunidade está com um processo de regularização de terras tramitando e, de acordo.

Verifica-se que a Amazônia Maranhense constitui um território que carrega consigo o caráter de fronteira, que sobretudo, é marcada pela extrema violência, sendo como opção dos indivíduos fronteiriços o fortalecimento das suas comunidades e a defesa de suas terras. Todo esse movimento humano, vai contribuir para o desenvolvimento da identidade do indivíduo amazônico. Pensamos nesses indivíduos como “fronteiriços”, de acordo com o conceito de “fronteira” cunhado por Martins (2019)

A definição de fronteira estabelecida por Martins é traçada a partir de uma visão sociológica que denota a fronteira como um lugar de encontro e de conflito, que surge a partir do avanço capitalista sobre as populações e grupos sociais viventes na fronteira. Estas áreas, nas obras de Martins, em sua maioria, são pertencentes a Amazônia, e nesse espaço fronteiriço a exploração do trabalho e a degradação do outro são marcas

⁵ Reportagem disponível em <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-06-22/mineracao-e-garimpo-disputam-area-maior-do-que-a-belgica-dentro-da-terra-indigena-yanomami.html>

⁶ Reportagem disponível em: <https://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2022/04/29/lideranca-quilombola-e-morta-a-tiros-em-sao-joao-do-soter-no-maranhao.ghtml>

constantes.

A fronteira é um local de enfrentamento, ao tempo que constitui um elemento essencial para o entendimento e reconhecimento do indivíduo e seu estado de vivência. Entre os muitos conceitos, a fronteira que é comumente vista em movimento, em sua tendência de expansão e de progresso, é também um espaço de estagnação, de esquecimento, mas também de preservação e defesa.

O que nos leva a crer que o melhor entendimento quanto ao conceito de fronteira, se dará por meio do olhar que a ela é aplicado, e a que grupo favorece, nas situações de fronteira. Como é analisada dentro da historiografia, como ela é apresentada à sociedade? Ou mesmo oferecendo a falsa ideia de progresso econômico que avança sobre ela. Não seria a fronteira o limite que constantemente é desrespeitado, criando assim mais fronteiras, muros, abismos sociais?

Pensando sobre isso, é necessário como passo inicial, buscar entender como é possível entender a fronteira, perceber seus indivíduos, observar a forma que a fronteira aparece ao longo da história, que vai para além dos entendimentos que as fundam como o elemento econômico, que é sim peça importante, mas que promove a degradação da natureza e dos indivíduos. O elemento econômico é uma reafirmação do poder, um elemento cultural que acaba por desvalorizar o todo e aqueles sujeitos que não cabem nos padrões e interesses do capital.

Verifica-se que a Amazônia Maranhense constitui um território que carrega consigo o caráter de fronteira que, sobretudo, é marcada pela extrema violência, deixando como opção para os indivíduos fronteiriços, o fortalecimento das suas comunidades e a defesa de suas terras.

Dentro deste espaço de conflito, os indivíduos fronteiriços buscam fortalecer elementos identitários para permanecerem fiéis às suas origens e fortalecer sua luta como grupo ou de forma individual. Nesse sentido, um ensino de História Regional e Local, atento às particularidades desse contexto de fronteira, cumpre importante papel.

2. A História Regional e Local e o Ensino de História da Amazônia Maranhense

O trabalho em sala de aula na região pertencente a essa condição nos estimulou a questionar o currículo que utilizamos como normativa na Educação Básica, visto que o

mesmo, privilegia a história geral e do Brasil, e pouco contempla a história regional e local. Essa preferência pela história geral se apresenta de forma hierárquica e estabelece processos de relevância.

Há nesta divisão entre o nacional, o regional e o local o reconhecimento de uma derrota e de uma impossibilidade: a derrota das forças políticas e econômicas locais que assumem sua subalternidade e o reconhecimento da impossibilidade do historiador que mora nessas áreas de fazer história nacional ou apenas história, sem mais adjetivos, deixadas para quem seria de direito, aqueles historiadores que vivem no que seriam os centros de produção acadêmica e historiográfica. (Albuquerque Jr., 2015. p.58).

Todos esses elementos demonstram um tipo de versão engessada da História Regional e Local, Durval Albuquerque destaca esta realidade.

Uma das marcas das histórias regionais e locais produzidas no Brasil tem sido, justamente, esta reprodução automática e acrítica dos recortes espaciais oficializados e oficiais, presentes na documentação ou que, mesmo nela não se encontrando, são anacronicamente e acriticamente trazidos para recortar espacialmente (Albuquerque Jr., 2015, p. 47).

As afirmações da citação acima demonstram como a reprodução dos conteúdos feitos de forma repetida e acrítica, por historiadores regionais e locais, reforçam recortes espaciais oficiais, geralmente descontextualizados de sua construção sócio-histórica, possibilitando os anacronismos. É necessário fazer essa relação de construção da história regional e local com a identidade, o sentimento de pertencimento, o que demonstra ser muito importante para os indivíduos.

Dentro da História Regional e Local se torna possível um olhar mais próximo das identidades regionais e étnicas, em contraponto à “identidade nacional” que no mundo pós- moderno se estabelece como identidades “homogeneizadas”, onde lhes é apresentada uma narrativa histórica única e simplista (Hall, 2006). Alegamos assim que esse conceito de homogeneização, que se apresenta diretamente ligado à globalização, onde a história de um é também a história de todos, não permite a existência ou até mesmo a sobrevivência de determinados grupos, que aqui chamamos de indivíduos de fronteiras.

Isso porque a história homogeneizadora acaba por contemplar grupos que não são familiares ao cotidiano e a vivência desses povos (indígenas, quilombolas, camponeses, trabalhadores rurais etc.), contribuindo para o apagamento deles a partir da não

exposição da sua história, no que diz respeito ao currículo do Ensino Básico. Nesse sentido, o ensino de História Regional e Local sob o olhar de fronteira possibilita que os estudantes construam identificação com seu lugar, povo, costumes e história, demonstrando como os sujeitos de fronteira são constantemente atravessados por conflitos inerentes das lógicas de degradação do outro no espaço fronteiriço.

3. A BNCC e a (não) presença da Amazônia

Atualmente a Base Nacional Curricular (2017) apresenta propostas que sugerem a produção de História Regional e Local em sala de aula. A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) define as aprendizagens consideradas como essenciais, que todos os estudantes brasileiros têm o direito de desenvolver ao longo da Educação Básica. É um documento técnico e normativo, previsto na Constituição Federal de 1988, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996 e no Conselho Nacional da Educação de 2014.

No capítulo referente à etapa do Ensino Médio na BNCC (2018), as aprendizagens são expressas sob a forma de competências. Elas representam a capacidade dos estudantes de mobilizar, articular e integrar conhecimentos, habilidades, atitudes e valores. Os alunos devem, por exemplo, consolidar, aprofundar e ampliar a formação iniciada no Ensino Fundamental, aperfeiçoar a capacidade de relacionar teoria e prática e desenvolver conhecimentos que favoreçam a reflexão.

O texto apresenta um apelo maior às emergências dos grupos sociais, apresentando um discurso mais abrangente e não regulando elementos metodológicos para o desenvolvimento do conhecimento em sala de aula, destaca, inclusive, a presença do “Outro”, questão fundamental para a análise das relações de fronteira (MARTINS, 2019), que apresentamos neste trabalho.

No Ensino Fundamental, a BNCC se concentra no processo de tomada de consciência do Eu, do Outro e do Nós, das diferenças em relação ao Outro e das diversas formas de organização da família e da sociedade em diferentes espaços e épocas históricas. Tais relações são pautadas pelas noções de indivíduo e de sociedade, categorias tributárias da noção de *philia*, amizade, cooperação, de um conhecimento de si mesmo e do Outro com vistas a um saber agir conjunto e ético. (BRASIL, 2018, p. 547).

Segue o texto da competência, onde é possível perceber a intenção de desenvolver conhecimentos relativos a questões fronteiriças e da História Regional e Local, como a exploração sobre a forma como são determinadas as territorialidades.

Analisar a formação de territórios e fronteiras em diferentes tempos e espaços, mediante a compreensão dos processos sociais, políticos, econômicos e culturais geradores de conflito e negociação, desigualdade e igualdade, exclusão e inclusão e de situações que envolvam o exercício arbitrário do poder. (BRASIL, 2017. p. 561)

Uma das causas da não identificação do discente com as narrativas históricas, se dá pela permanência do ideário de utilizar a História Regional e Local para exaltar os grandes nomes regionais ou mesmo de algumas famílias, um viés bastante utilizado pelo ensino de história tradicional. Cabe aqui ressaltar que não buscamos condenar o uso da história tradicional em sala de aula, esta constitui uma das formas do Ensino de História, busca-se destacar que esta forma de ensino não pode ser vista como única pelo docente em sua prática, uma vez que ela promove o silenciamento de várias outras vertentes de abordagem histórica.

Entendendo que a identidade é plural, não fixa e construída nas relações travadas socialmente, é necessária uma abordagem do ensino de História que compreenda e busque os processos de emancipação de determinado povo ou região, também análise de grupos e etnias, semelhanças e potencialidades de diferentes grupos, pertencimentos social, político e religioso (LEITE, 2015). Esse reconhecimento pode ser realizado pela História Regional e Local de forma minuciosa, permitindo uma vasta análise histórica plural e realista. Nesse sentido, destaca-se o papel da oralidade na configuração de saberes, mitos e crenças de diferentes grupos sociais e a necessidade de uma reflexão que leve em conta o caráter integrado das histórias locais na história nacional, para que também possam ser compreendidas em suas articulações com a história do mundo, ou seja, admitindo em ambos a relação intrínseca que os constitui, mas sem negar a importância de herdar as particularidades de cada um.

Observa-se, então, a importância de promover o exercício de consciência histórica, conceito do filósofo e historiador alemão Jörn Rüsen (2001 p.78, 79), que diz que “a consciência histórica não é algo que os homens podem ter ou não – ela é algo universalmente humano, dada necessariamente junto com a intencionalidade da vida prática dos homens”.

Isto significa que a partir da história do “lugar” e/ou de seu povo, e em entender sobretudo a Amazônia Maranhense, no que concerne em ser um espaço de práticas e vivências de diversos grupos humanos nela inseridos (desde os aspectos naturais até relações econômicas, culturais, familiares, de exploração e condições de sobrevivência dos grupos humanos).

Assim, apontamos que a invisibilidade da Amazônia de maneira geral na BNCC que centraliza a discussão em territórios e fronteiras, mas sem delimitar, nenhum deles, essa iniciativa pode reforçar as possibilidades de construção de conceitos sobre uma determinada região que a limita aos preconceitos já construídos sobre ela. Entendemos que iniciativas de ensino de história voltadas às vivências destas populações de fronteira, promovem a aproximação do indivíduo de sua identidade, fortalecendo-a e promovendo a consciência histórica.

O benefício que se projeta alcançar com a feitura deste trabalho está na ampliação da forma de se explorar o ensino de História Regional e Local na prática cotidiana de professore(a)s atuantes na Amazônia Maranhense, oportunizando o desenvolvimento de materiais didáticos, bem como de narrativas menos privilegiadas, a serem ouvidas e ou pesquisadas, além de operar uma crítica a característica generalista que a BNCC assume no que se refere a discutir o território amazônico.

Compreendendo a história como um campo de possibilidades, narrativas e como processo de identificação, a História Local permite aos educandos uma proximidade com elementos do cotidiano, da vivência própria de sua região. Ademais, é necessário à consciência histórica articular o espaço entre o ponto onde estamos, reconhecido como cidade, e a fronteira da ideia de nação que, em geral, encontra-se como “espaço vazio” a ser preenchido pela identificação histórica.

Assim, como destaca Machado (2014, p. 27):

Pensar em estudo regional implica analisar uma singularidade na totalidade, estabelecendo relações entre o micro e o macro, para não cometer o erro de relativizar os acontecimentos, idealizando grupos e acontecimentos, construindo estereótipos sociais. Com isso, o aspecto limitante da abordagem reside na construção fragmentada dos acontecimentos, que impedem uma visão crítica das relações sociais e qualquer tipo de síntese histórica.

Para isso, o ensino de História Regional e Local propõe um espaço de ação. É fundamental para o resgate histórico das culturas, para a preservação da mesma e para o fortalecimento da identidade dos discentes. É também garantida pela LDB nº 9.394/96 que elementos regionais e locais da sociedade e da cultura sejam enfatizados no currículo do Ensino Médio.

Em sua parte diversificada, a lei “sugere” a observância e a utilização de elementos dessa natureza por possuir significação para os discentes. Dispositivo este que demonstra fragilidade ou desatualização da lei, pois apenas faz a “sugestão” do uso da História

Regional e Local em sala de aula. A crítica que tecemos neste ponto se dá por entender a crescente realização de pesquisas nas Ciências Sociais e a busca por compreender o “espaço” local/regional para além da perspectiva geográfica. Assim a História Regional e Local tem ganhado cada dia mais complexidade e importância nas investigações, fundamentando a necessidade de se implementar essa abordagem de ensino em toda sua potencialidade.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A abordagem histórica pelo viés da História Regional e Local favorece à promoção da memória e à construção de identidades culturais de maneiras mais solidárias, porque também permite os elementos de valorização histórico-cultural, com seus modos de fazer e cometimentos coletivos. Sendo assim, esta perspectiva pode ser replicada nas mais diversas realidades de fronteira sociocultural existentes no nosso país, sem descuidar do fato de reservarem a cada particularidade as diversidades que o constroem.

Para nós, foi necessário investigar sobre a Amazônia Maranhense e quanto à fronteira e os embates que acontecem na mesma, movidos sobretudo pelas questões econômicas e pela exploração das riquezas. Muito ainda é possível verificar, analisar, modificar, produzir, tanto na aplicabilidade do debate sobre fronteira em sala de aula, quanto ao conhecimento dos indivíduos que vivenciam a Amazônia Maranhense, na intenção de fortalecer a Consciência Histórica dos indivíduos sobre sua prática, sua vivência, seu pertencimento.

A escola consiste em ser uma instituição que promove a transformação social, e para isto também é importante pensar no currículo escolar na sua aplicação e analisá-lo como um espaço de disputa, e quanto melhor for pensado e discutido o currículo, melhor poderão ser abordadas questões de ordem política e ideológica, entre opressores e oprimidos, temas que costumam incomodar.

Por conta disto, criticar, questionar e localizar brechas na normativa apresentada pela BNCC é necessário para a construção de um ensino de História combativo e representativo, com objetivo de fortalecer as identidades dos sujeitos fronteiriços. É necessário que os professores de história se preocupem em problematizar o currículo.

Portanto corroboramos as discussões quanto aos limites da abordagem do currículo nacional, e o que pode ser ainda mais debatido e implementado no currículo de

forma a torná-lo mais próximo ao seu diverso público de estudantes. Dessa forma, acreditamos que essas limitações podem ser superadas, e que as frentes de reivindicação pelos espaços de discussão e de fala dessas temáticas devem ser discutidas tanto nos espaços acadêmicos como também ser uma preocupação do ensino de história.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. **“Um quase objeto, algumas reflexões em torno da relação entre história e região”**. In: DE ANDRADE LEAL, Maria das Graças; FARIAS, Sara Oliveira (Org). *História Regional e Local III: reflexões e práticas nos campos da teoria, pesquisa e do ensino*. Salvador. EDUNEB, 2015.

ALMEIDA, Deusni Lopes. **Os trilhos do desenvolvimento na Amazônia Maranhense - conflitos e contrastes: o caso Piquiá de Baixo Açailândia – MA / Desni Lopes Almeida**. São Luís, 2012.

BEZZI, Meri Lourdes. **Região como foco de identidade cultural**. Geografia, Rio Claro, vol 27 (1): 5 a 19, abril de 2002. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/ageteo/article/download/1732/5243>/. Acesso em: 02.06.2022.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: história/** Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/ SEF, 1998.
BRASIL. Ministério da Educação. **Base Comum curricular**. Brasília: MEC/SEB, 2018. Disponível em <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/a-base> Acesso em: 07/05/2022.

Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013. **Alteração no Art. 26 da LDB de 1996**. Brasília (DF), abril/2013. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12796.htm. Acesso em: 07/05/2022

CESCO, Susana, LIMA. Eli Napoleão de. Terra da promessa: Colonização e natureza na História Amazônica. **Revista Territórios e Fronteiras**. Cuiabá, vol 11, n.2, ago-dez, 2018.
Disponível em: <http://www.ppghis.com/territorios&fronteiras>. Acesso em: 17 jul 2021.
FERREIRA, Juliana. **Centro de Endemismo Belém: desafios e diálogo** SET 9, 2020, Disponível em: <https://dialogoflorestal.org.br/centro-de-endemismo-belem-desafios-e-dialogo>
Acesso em 8 nov 2022.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP & A, 2006.

LEITE, Fernando Eudes. Percursos, Linhagens e (RE) construção do campo histórico. In; LEAL, Maria das Graças de Andrade Leal; FARIAS, Sara Oliveira. **História Regional e**

Local III; Reflexões e práticas nos campos da teoria, pesquisa e do ensino- Salvador: EDUNEB, 2015

MACHADO, Ironita P. **História Regional em Sala de Aula** [recurso eletrônico], Passo Fundo: Ed. Universidade Passo Fundo, 2014. Acesso em: 12 mai 2023. disponível em: https://www.academia.edu/33873180/Historia_Regional_em_sala_de_aula_pdf.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. 2. Ed.4. reimp. São Paulo: Contexto, 2019.

NEVES, Erivaldo Fagundes. **História e região: Tópicos da História Regional e Local**. Ponta de Lança, São Cristóvão v.1, n. 2, abr.-out. 2008.

RÜSEN, Jorn. **Razão Histórica**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

SADER, R. Migração e Violência - **O Caso da Pré-Amazônia Maranhense**. Terra Livre, [S.l.], n. 6, 2015. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/index.php/terralivre/article/view/76>. Acesso em: 6 mai. 2023.

Capítulo 2
**"REFLEXÕES HISTÓRICAS SOBRE O CURSO DE
LICENCIATURA EM HISTÓRIA NO BRASIL E A
IMPORTÂNCIA DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO NA
FORMAÇÃO INICIAL DO DOCENTE"**

Eliane Ribeiro Pinto Silva
Shirlane Maria Batista da Silva Miranda

"REFLEXÕES HISTÓRICAS SOBRE O CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA NO BRASIL E A IMPORTÂNCIA DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO NA FORMAÇÃO INICIAL DO DOCENTE"

Eliane Ribeiro Pinto Silva

Mestranda/UEMA

elianecpapel@gmail.com

Profa. Dra. Shirlane Maria Batista da Silva Miranda

Pesquisadora FAPEMA/ CNPq /UEMA)

Shir_mari@hotmail.com

RESUMO

Este estudo visa estabelecer a relação da trajetória da licenciatura do curso de História no Brasil e destacar a importância do Estágio Supervisionado e suas respectivas etapas para a formação docente. Diante disto, o escopo se dá sob a seguinte problemática: Qual a relevância do estágio supervisionado para a formação inicial de professores sob a perspectiva histórica da licenciatura em História no Brasil? Com intuito de fortalecer a temática sobre a importância do estágio no processo de formação de professores em licenciatura em História, para iniciar a pesquisa realizou-se a revisão bibliográfica, através de fontes buscadas em livros, artigos e revistas científicas, explorando assim a temática de forma qualitativa e descritiva, tomando-se em evidência os achados de Savani (2009), Cadete (2014), Pimenta (2012) e Melo (2008), dentre outros. Compõe-se ao estudo os seguintes objetivos específicos: entender a relevância do estágio supervisionado para a formação profissional do docente em história; observar as principais contribuições do estágio supervisionado para a construção da identidade sociocultural e histórica do professor, identificar a relevância do âmbito escolar para o processo de formação docente durante o Estágio supervisionado. Portanto, observar-se-á as diversas concepções envolvidas neste processo, os múltiplos agentes que promovem a formação inicial do professor, permitindo que distintas perspectivas se manifestem no diálogo.

Palavras-chave: Licenciatura em História. Estágio Supervisionado. Brasil.

ABSTRACT

This study aims to establish the relationship of the trajectory of the degree of the History course in Brazil and highlight the importance of the Supervised Internship and its respective stages for teacher training. Given this, the scope is under the following problematic: What is the relevance of the supervised internship for the initial training of teachers from the historical perspective of the degree in History in Brazil? In order to strengthen the theme on the importance of the internship in the process of teacher training in History, to start the research carried out the bibliographical review, through sources sought in books, articles and scientific journals, exploring the theme in a qualitative and descriptive way, taking in evidence the findings of Savani (2009), Cadet (2014), Pimenta (2012) and Melo (2008), among others. The study consists of the following specific objectives: to understand the relevance of supervised training for the professional training of teachers in history; to observe the main contributions of the supervised internship for the construction of the sociocultural and historical identity of the teacher, to identify the relevance of the school environment for the teacher training process during the supervised internship. Therefore, it will be observed the various conceptions involved in this process, the multiple agents that promote the initial teacher training, allowing different perspectives to manifest themselves in dialogue.

Keywords: Degree in History. Supervised Internship. Brazil.

1 INTRODUÇÃO

O estágio supervisionado é fundamental no processo de formação profissional, em especial no campo da docência. Dessa forma, essa etapa permite uma formação dentro do campo de trabalho ao qual o profissional deseja atuar, bem como o aprimoramento de todo o conhecimento científico recebido durante a sua trajetória acadêmica.

As práticas de estágio que fomentam a formação do professor devem proporcionar ao futuro profissional a familiarização com a dinâmica de funcionamento do ambiente escolar, seus desafios e demandas. É um momento de interação com outros profissionais da educação, como coordenadores pedagógicos, gestores e demais colegas, aos quais colaboram com experiências e práticas do cotidiano educacional. Cunha e França (2019) citam a importância da inserção de um profissional crítico-reflexivo no âmbito docente, sendo capazes de propor perspectivas transformadoras e emancipadoras no âmbito escolar.

Tal reflexão pode ser ainda entendida sob o caráter epistemológico do ensino da História, já que no currículo em questão podem ser relacionados ao processo de produção

de conhecimento e sua respectiva validação. A epistemologia do ensino de história também envolve a compreensão da mudança ao longo do tempo, propondo a capacidade de identificar como as interpretações históricas podem evoluir com base em novas evidências, perspectivas emergentes e mudanças na compreensão acadêmica (Ribeiro et al., 2017).

Apesar disso, durante o estágio o docente acaba enfrentando situações-problemas que dificultam a aproximação da teoria acadêmica à prática docente, evidenciando uma falta de adequação entre essas duas perspectivas. Essa dicotomia acaba representando as opiniões comuns dos estudantes em docência durante o estágio, onde reconhecem o contraste da aprendizagem acadêmica em meio a prática profissional. Diante dessa perspectiva, este projeto de pesquisa propõe o seguinte questionamento enquanto problemática de estudo: Qual a relevância do estágio supervisionado para a formação inicial de professores sob a perspectiva histórica da licenciatura em História no Brasil?

O presente estudo tem como objetivo geral estabelecer a relação da trajetória histórica do curso superior em História no Brasil e destacar a importância do Estágio Supervisionado para a formação profissional docente, já que essa ferramenta busca capacitar o profissional e torná-lo o protagonista de seu próprio processo de formação, fomentando a sua evolução como um educador reflexivo e pesquisador.

No intuito de formular apropriação teórica acerca do assunto, o processo metodológico ocorreu diante revisão bibliográfica com o levantamento dados teóricos em livros, artigos científicos e sites governamentais publicados nos últimos dez anos, para subsidiar formação conceitual, histórica e legal do Estágio Supervisionado em demanda nacional e estadual.

2 ASPECTOS HISTÓRICOS E LEGAIS DO CURSO DE HISTÓRIA

Os aspectos históricos que concernem a formação profissional para licenciados no curso de história, percorrem um longo trecho de acontecimentos socioculturais, políticos, religiosos e educacionais, aos quais pode-se sistematizar nos períodos que o Brasil passou. Diante disso, observar-se-á os seguintes passos temporais: Período Colonial, Período Imperial, Período Republicano, Expansões e Reformas e o Cenário Atual. Tal construção é essencial para entender as diversas e necessárias mudanças significativas que marcaram a formação de professores em História no Brasil.

A primeira fase do Brasil como colônia portuguesa tinha principalmente a função de fornecer riquezas. No entanto, a elite portuguesa que veio para administrar o processo colonial também sentiu a necessidade de providenciar a educação de seus filhos. Isso era essencial para que pudessem posteriormente concluir seus estudos em Lisboa e adquirir um título de médico ou advogado, já que era comum nas famílias abastadas ter um membro com o título de doutor. Para os menos abastecidos, porém, a educação brasileira formal se inicia com os padres jesuítas em 1549 até 1749.

Já com relação aos cursos superiores, Savani (2009) lembra que não continham uma formação explícita de professores, tão pouco preparação docente para licenciatura em História, mas acompanharam um ambiente mais favorável ao desenvolvimento da educação formal.

Com a Proclamação da República em 1889, houve um esforço na tentativa de modernizar o sistema educacional no país, sendo a primeira vez que se pensou em uma educação institucionalizada. O ensino superior passou a ser oferecido em universidades públicas, sendo fortemente influenciada pelas correntes liberais, positivistas e laicismo.

Diante disso, a história do curso de licenciaturas no Brasil é atrelada aos fatores sociopolíticos aos quais dinamizaram o rompimento de estruturas sociais da velha oligárquica com a construção de uma nova concepção populista, que de acordo com Cacete (2014) ocorreu entre os anos de 1930 e 1970.

Esse momento as faculdades implementadas limitaram-se aos cursos de Filosofia, Ciências e Letras, onde o ensino de história concebia-se apenas como uma parte do curso de Ciências, portanto, essa parte da formação estruturava-se pelo debate acerca das experiências de vida e sua perspectiva de tempo-espço (Pacheco, 2018).

3 O CURSO DE HISTÓRIA NO MARANHÃO

O ensino superior no Maranhão ocorreu no período da primeira República, assim como diversos outro estado brasileiro, aos quais ainda passavam pelo processo de descolonização nacional pagando pelo preço de problemas crônicos decorrente do imperialismo de Portugal. Nesse cenário, o estado era uma das unidades coloniais mais precárias e com uma população que vivia em dificuldades socioeconômicas constantes (Costa, 2017).

Logo nos primeiros anos após a primeira república, mais especificamente em 1937, Melo (2008) afirma que o Brasil passou pelo processo de nova ordem social, o que culminou na implementação da Constituição correspondente ano em questão. Esse marco social foi determinante para a concepção do ensino superior no Maranhão que acabou disseminando na criação de entidades educacionais como o Instituto de Educação em 1939 através do Decreto de Lei Estadual nº 186 de 19 de janeiro, com base ao que propunha o então Instituto de Educação do Rio de Janeiro. Com relação ao decreto observa-se que:

Considerando ser o professor a pedra angular da escola progressiva e que “só poderemos ter no professorado a cultura e a técnica e sobretudo aquele espírito filosófico da nova orientação que permitirão a prática inteligente e integral da nova escola, quando ele se formar nesses métodos dentro das escolas normais renovadas” (Maranhão, Diário Oficial, s/n, 1939).

Através dos altos do desposto no decreto que fundamentou a criação do instituto, observa-se que o objetivo era formalizar a formação docente com a diplomação do profissional no intuito de credenciá-lo para a docência em qualquer estado do território nacional. Por isso, o autor menciona o foco na equivalência do ensino onde facilitaria o aluno transferir-se para qualquer escola sem que se perdesse seu processo educacional.

Diante disso, o ensino no Maranhão passou a ser composto por uma nova estrutura de ensino normal, formado pela Escola Primária conhecido como Jardim de Infância; Escola Secundária (fundamental e complementar de responsabilidade federal e ministrado pelo Liceu Maranhense); Escola de Professor Primário; e, Escola de Professor Secundário (Melo, 2008).

No entanto, por volta de 1940 com a fundação da Universidade do Maranhão – UMA em 1947 foi que o ensino superior ganhou ares no território maranhense, mais especificamente na capital São Luís. A Instituição de cunho federal foi uma iniciativa da SOMACS – Sociedade Maranhense de Cultura Superior, que se tratava de uma instituição para a promoção do desenvolvimento cultural do Estado e por força de lei criou através do Decreto nº 50.832 a Universidade do Maranhão, antes reconhecida por Universidade Livre pela União. Os primeiros cursos da entidade foram de Filosofia, Enfermagem, Serviço Social e Ciências Médicas (Maranhão, 2023).

Com isso, no final do ano 1953 e início do ano 1954 a entidade implementou o curso de História e Geografia, acometido pelo processo expansionista dos cursos

universitários para formação docente. Segundo Costa (2017), além desse curso surgiram conjuntamente o curso de Filosofia, Letras e Ciências Humanas na Universidade de São Paulo e na Universidade do Brasil situado no Rio de Janeiro, que não tardaram a ser disseminados também nos outros estados brasileiros.

Antes dessa oportunização, os estudantes que buscavam um ensino superior eram mandados pelas suas famílias para Europa e retornavam ao Maranhão para exercer a profissão, o que gradativamente foi mudando o cenário da educação superior no estado. Jorge (2000) ainda ressalta que o Maranhão foi considerado um território de diversas mudanças sociopolíticas do Brasil e esses jovens estudantes formados fora, representavam um elo entre o velho mundo e a cultura milenar, por isso era comum que fossem privilegiados a exercer cargos públicos de confiança.

Nesse mesmo período, foi criada a Faculdade de Filosofia de São Luís a qual integrou cursos de História, Geografia, Pedagogia, Letras Neolatinas e Filosofia com o fundamento de formação de recursos humanos para atuação na educação básica e ensino superior. Todos os cursos em questão foram apropriados para únicos fins de formação docente, acompanhando o movimento político-pedagógico que se desenvolvia no Brasil nesse período.

Quanto ao funcionamento curricular do curso, Oliveira (2014, p. 7) afirma que:

[...] o projeto político-pedagógico de cada um daqueles cursos inaugurais não extrapolava as exigências legais em curso. Assim, a criação do Curso de História, como um dos integrantes dessa faculdade, se inscreveu na lógica desse movimento que visava enraizar no Brasil, e nesse caso, no Maranhão, o ensino superior voltado para a formação de docentes.

O autor ressalta que os cursos de História e Geografia nessa época eram considerados cursos irmãos-gêmeos e por isso funcionavam comumente no esquema chamado de três mais um, onde o acadêmico deveria cursar três anos com disciplinas típicas do ensino bacharel e incrementá-las com mais um ano com disciplinas de licenciatura específicas para a formação docente de natureza pedagógica, por isso o diploma descreveria o curso como diploma de Bacharel e Licenciatura nos cursos destacados.

Oliveira (2014) ainda menciona que em 1966 houve a separação das duas naturezas de formação passando a haver apenas licenciaturas e desativando o bacharelado. Além disso, os cursos de História e Geografia passaram a ser áreas de estudo distintas. As orientações eram numa composição curricular ao curso de História com a

incorporação de disciplinas que valorizassem a história geral, brasileira e regional, com disciplinas de Estudos Brasileiros e História da América nos últimos semestres e uma menção à história do Maranhão.

Logo depois, com o momento de reformulações decorrentes no ano de 1970, o MEC definiu um rol curricular básico aos cursos superiores com carga horária mínima, e com isso construiu-se um Ciclo Básico de estudos precedente ao Ciclo Profissional.

Assim, das disciplinas História Antiga, História Medieval, História Moderna e História Contemporânea surgiram as disciplinas História Política e Sócio-econômica I, II, III e IV, História da Cultura I, II, III e IV e História das Religiões I, II e III e a disciplina História da América foi transformada nas disciplinas História da América I, II e III; porém, a disciplina História do Brasil e Regional permaneceu sendo ministrada em apenas dois semestres juntamente com Estudos Brasileiros, mas nada indicava a existência de História do Maranhão como disciplina. (Oliveira, 2014, p. 8)

O autor descreve uma mudança significativa na estrutura curricular de um curso de História, onde a introdução de uma nova abordagem resultou em desdobramentos nas disciplinas tradicionais por disciplinas mais amplas. Diante disso, ele destaca que a mudança foi orientada para uma abordagem mais aprofundada dos aspectos sociais, econômicos, políticos e culturais do processo histórico.

No entanto, essa reformulação curricular enfrentou desafios devido à emergência de novos paradigmas no campo da História, que indicavam a necessidade de práticas inovadoras no ensino e pesquisa. Apesar da intenção de explorar mais profundamente esses aspectos, o currículo foi criticado por não proporcionar uma visão integrada do processo histórico. A crítica principal é que a mudança curricular acabou se tornando obsoleta, pois não conseguiu atender às expectativas e demandas sociais emergentes.

Segmentos dos corpos docentes e discentes argumentavam que o currículo não acompanhava as novas práticas e perspectivas no campo da História, o que resultou na sua progressiva obsolescência. Portanto, o texto sugere a necessidade de uma revisão contínua dos currículos acadêmicos para garantir que estejam alinhados com as tendências e demandas contemporâneas na área de estudo.

Diante ao percurso das noções históricas as quais compõem a implementação de cursos superiores no Maranhão, assim como o curso de história, ressalta-se neste estudo a obra de Tajra apresentada à Fundação Getúlio Vargas para composição de título de Mestre. Na obra em questão a autora realiza uma análise crítica do primeiro ciclo da

Universidade Federal do Maranhão e sua relevância para o desenvolvimento do ensino superior no estado.

Tajra (1982) lembra que o primeiro ciclo de reformulação universitária no maranhão ocorreu na UFMA e foi oportunizado através de estratégias de um Grupo de trabalho formado pelo então reitor Ribamar Carvalho, professores e profissionais da educação, no ano de 1969.

Vale ressaltar que a reforma ao qual a autora menciona, foi o desenvolvimento das funcionalidades universitárias pelas entidades educacionais promovida desde o ano de 1968, que possuía o objetivo de centralizar e integrar as estruturas universitárias, estabelecendo departamentos de organização acadêmica.

O autor lembra que a reforma propunha a expansão dos cursos superiores, ou seja, a implementação de novas universidades no país e consequentemente gerando maior número de cursos e atendendo um maior quantitativo de estudantes. No maranhão essa iniciativa criou cursos de Ciências Exatas como Matemática, Física e Química, além de Centros Gerais e o Instituto de Ciências Físicas e Naturais.

Até então os cursos propunham algumas disciplinas comuns como Metodologia do Trabalho Científico, Matemática, Português, Inglês e Sociologia, com duração dos cursos eram apenas de dois períodos letivos para depois ingressar nas matérias de áreas específicas. Essa estrutura foi reformulada ao longo do tempo, especialmente com a Reforma de 1996 através da nova LDB.

Nos anos que se seguiram, algumas novas entidades surgiram para incrementar e sustentar a demanda de acadêmicos no Maranhão. Em 1972 foi criada a FESM – Federação das Escolas Superiores do Maranhão, através a Lei 3.260 de 22 de agosto do respectivo ano. Sua importância foi justamente pela criação da UEMA – Universidade Estadual do Maranhão no mesmo ano, sendo que a FESM funcionava enquanto entidade mantenedora (Maranhão, 2022).

De acordo com o Projeto Político Pedagógico da entidade (2006), a Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) criou o curso de História em 1992, com o objetivo de atender ao Programa de Capacitação de Docentes. O primeiro vestibular que foi realizado em outubro do mesmo ano, ofereceu 105 vagas para professores que já atuavam no Ensino Fundamental e Médio da Rede Pública tanto municipal quanto estadual. Essa iniciativa se deu com o objetivo de aperfeiçoar a qualidade e formação profissional dos

docentes e consequentemente melhorar a qualidade de ensino, por isso a parceria com a Secretaria de Educação do Estado do Maranhão foi essencial.

Em 1995, a UEMA implantou o Regime Regular, com aulas nos turnos matutino e noturno. O curso de História Licenciatura buscou oferecer fundamentação teórica e prática, incentivando a reflexão e a crítica, preparando os estudantes para serem agentes transformadores da sociedade. Na estrutura curricular do curso seguia o sistema Modular Semestral, com disciplinas distribuídas em módulos ao longo de 6 meses periódicos.

Atualmente, o curso de História na Universidade Estadual do Maranhão, segundo o Projeto Político Pedagógico (2006), funciona de acordo com o Plano Nacional de Graduação, Conselho Nacional de Educação, Normas Gerais do Ensino de Graduação e as normas elaboradas pela Pró-reitora enquanto normas internas da instituição.

Assim como determina o MEC, o curso oferece disciplinas que compõem mínimas 2800 horas, sendo destas 1800 horas em sala de aula e 300 atribuídas às práticas pedagógicas obrigatórias. A estas ainda são acrescidas 100 horas a mais de práticas de acordo com o Conselho Nacional de Educação, viabilizando uma formação de qualidade, considerando-se assim 400 horas de Estágio e 200 horas de atividades complementares.

A Proposta Pedagógica do curso ainda oferece uma distribuição da carga horaria de acordo com núcleos de ensino, sendo que para disciplinas gerais comum a outros cursos de licenciatura devem ser utilizadas 70% da carga horário do curso chamadas de Núcleo Comum, já para 20% da carga horária deve ser atribuída às disciplinas de Núcleo Específico ao qual refere-se às disciplinas de formação profissional específica da área do curso, e por fim, aos 10% devem ser abarcadas as disciplinas livres (Núcleo Livre). Portanto, o curso vigora com carga horária total de 3255 horas.

4 O ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Ao passo que se constrói um retrospecto do Estágio Supervisionado nos primeiros Cursos de formação no Brasil, é iminente a associação da prática curricular desse componente com a criação da Lei Orgânica do Ensino Normal instituída no ano de 1946, a qual este estudo já mencionou nos aparatos teóricos acerca do curso de História. A relação do desposto legal em questão foi justamente subsidiada pela capacidade reguladora das disciplinas didáticas, bem como das práticas de ensino para a formação primária do professor regente ou especialista no período (Pimenta, 2012).

Os cursos, segundo Martins e Curi (2019), eram realizados no período de três ou quatro anos que as Leis Orgânicas delimitadas e consolidaram dois níveis, conforme observa-se a seguir:

De um lado, o primeiro ciclo “Escolas Normais Regionais”, designado à formação docente de ensino primário, com permanência de 04 (quatro) anos, indicava um arcabouço curricular no qual prevalecia as disciplinas de cultura geral sobre as de formação especial, ou seja, as disciplinas direcionadas para formação de professores, na quarta série do primeiro ciclo, delimitavam-se à “Psicologia e Pedagogia” e “Didática e Prática de Ensino”. Por outro lado, o segundo ciclo, cuja duração era de 03 (três) anos, constituído nas Escolas Normais, exibia uma estrutura curricular mais específica, integravam as seguintes disciplinas: História e Filosofia da Educação, Biologia Educacional, Psicologia Educacional, Metodologia do Ensino Primário e Sociologia Educacional. (Martins; Curi, 2019, p. 690)

O autor ainda menciona a existência da disciplina ‘Práticas de Ensino’ que se integrava a 3ª série do segundo ciclo e era a disciplina similar ao Estágio Supervisionado. Apesar disso, Pimenta (2012) ressalta que os cursos para formação de professores eram frequentados por um público feminino de classes mais abastecidas e tinha o propósito maior de prepara-las para o papel de esposa e mãe, por isso, o Estágio na época não era um componente obrigatório.

Essa obrigatoriedade ocorreu apenas em 1962 através do Parecer 292 do Conselho Federal de Educação, tornando o componente curricular da prática um requisito mínimo para formação docente. No parecer em questão, o Estágio deveria ocorrer durante um semestre letivo e com um professor designado apenas para essa finalidade da formação prática.

Mesmo com as iniciativas que promoveram a obrigatoriedade do Ensino Prático nos cursos de formação de professores através do Estágio, o currículo ainda não compunha situações reais acerca das reflexões do processo de aprendizagem para com as “especificidades culturais, socioeconômicas, locais e regionais dos estudantes, ou seja, a ele cabia ensinar aos que não sabiam, mesmo que em situações descontextualizadas” (Mederiros, 2019 *apud* Moraes; Barguil, 2020, p. 147).

Diante disso que, em 1977 criou-se a Lei Federal nº 6.494 para regulamentar os estágios profissionais de ensino superior e dos cursos profissionalizantes cursados em nível de segundo grau (técnico). Tal formulação foi importante tanto para reformular o ensino base da estrutura educacional brasileira quanto para organizar o entendimento da formação de professores e a habilitação para o magistério através do estágio.

Visando a necessidade do exercício dos conhecimentos adquiridos no curso, o Estágio Curricular Supervisado entra como fator essencial, já que oportuniza aos alunos o conhecimento da realidade profissional do docente, aplicando seus conhecimentos acadêmicos em situações práticas. A carga horária definida para tal processo de formação do curso de História é de 405 horas, distribuídas entre o ensino Fundamental (180 horas) e o Ensino Médio (225 horas). Alunos que já são docentes na educação básica podem ter uma redução de 180 horas na carga horária do estágio (Maranhão, 2006).

A relevância das práticas docentes no processo de formação profissional acabou sendo considerada pela sua capacidade em articular os conhecimentos teóricos aos práticos de forma reflexiva e crítica diante as peculiaridades do âmbito escolar, já que permite ao professor em formação compreender os desafios e as múltiplas demandas pedagógicas na atuação profissional.

3 CONCLUSÃO

A atuação docente é um processo dinâmico, que envolve o constante aprimoramento das habilidades e a reflexão sobre a própria prática, já que é por meio dela que os professores se tornam proficientes em seu ofício, adquirindo a expertise necessária para enfrentar os desafios do ambiente educacional.

Além disso, a prática não se restringe apenas à sala de aula, pois envolve também a interação com outros profissionais da educação, a participação em atividades de desenvolvimento profissional, a busca por atualização constante, a troca de experiências com outros educadores é essencial para o crescimento e aprimoramento contínuo do professor.

Apesar disso, observou-se ao longo deste estudo que essa reflexão nem sempre compôs as diretrizes da educação e formação docente no Brasil, pois nos primeiros cursos para o magistério o objetivo era apenas formar processos detentores de conhecimentos teóricos que não visassem a contextualização do ensino e aprendizagem com a realidade do aluno.

Por isso, é convidativo que o professor em formação tenha um recurso científico plausível, elaborado diante uma realidade assistida acerca dos seus enfrentamentos, dúvidas e receios. Portanto, o propósito é usar o processo de estágio supervisionado como objeto de estudo na busca por sanar as principais dificuldades existentes nessa etapa da

formação profissional, observando estagiários em história e suas perspectivas e experiências.

Consolida-se assim, a importância em entender e apreciar o estágio supervisionado para docente em História enquanto um processo essencial, mas que carece da adequada fusão entre os olhares da teoria e prática durante a formação profissional, estreitando a relação entre ambos de forma contextualizada e consciente da importância dessa etapa em meio as peculiaridades do ensino público.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Fernando de. **Manifestos dos Pioneiros da Educação Nova**. – Recife, PE: Fundação Joaquim Nabuco, editora Massangana, 2010. 122 p.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Legislação Informatizada: Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961**. – Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 1961. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 1 de dezembro de 2023.

BRASIL. Colégio Pedro II. **Surgimento da disciplina História no Brasil**. – São Paulo: Colégio Pedro II, 2014. Disponível em: <<http://www.cp2.g12.br/using-joomla/extensions/components/content-component/article-categories/1507-surgimento-da-hist%C3%B3ria-no-brasil.html>>. Acesso em: 1 de outubro de 2023.

CADETE, Núria Hanglei. **Breve história do ensino superior brasileiro e da formação de professores para a escola secundária**. – São Paulo: Educ. Pesqui., v. 40, n.4, p. 1061, out./dez., 2014.

CASAGRANDE, Ieda Maria Kleinert. **O projeto Januário da Cunha Barbosa: Contribuições para a memória da Instituição elementar pública brasileira**. – Santa Maria, RS: Universidade Federal de Santa Maria, 2006.

CHAVES, Lyjane Queiroz Lucema. **Um breve comparativo entre as LBDs**. – Revista Pública, v. 21, n. 29,3 de agosto de 2021. Disponível em: <<https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/21/29/um-breve-comparativo-entre-as-ldbs>>. Acesso em: 13 de novembro de 2023.

COSTA, Maria Cordeiro. **A gênese da educação em nível superior no estado do Maranhão e política educacional: os embates travados pela sua efetivação e consolidação**. – São Luís, MA: Universidade Federal do Maranhão, 2017.

FARENZENA, Nalú. **Diretrizes da política de financiamento da educação brasileira: continuidades e reflexões no ordenamento constitucional-legal (1987-1996)**. – Porto Alegre, RS: UFRGS, 2001. 392 p.

GOMES, Eleonilson Nascimento. **Políticas Públicas de Educação Fracasso escolar no contexto da escola pública em São Luiz Gonzaga do Maranhão.** – Lisboa, Portugal: Escola Superior de Educação João de Deus, 2021.

HAAS, Celia Maria; PARDO, Rosangela da Silva. **Programa Universidade para todos (PROUNI):** efeitos financeiros em uma instituição de educação superior privada. – Sorocaba, SP: Avaliação, v.22, n.03, p. 718-740, nov., 2017.

JORGE, S. B. **Política movida a paixão:** o jornalismo polêmico de Odorico Mendes. São Luís: Departamento de Comunicação Social; UFMA, 2000.

KOWALSKI, Alice Viero. **Os (des)caminhos da política de assistência estudantil e o desafio na garantia de direitos.** – Porto Alegre, RS: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2012.

MARANHÃO. Universidade Estadual do Maranhão. **Perfil Institucional da UEMA.** – São Luís, MA: UEMA PROAXAE, 2022. Disponível em: <<https://www.proexae.uema.br/wp-content/uploads/2022/02/HIST%C3%93RICO-DA-UEMA.pdf>>. Acesso em: 2 de dezembro de 2023.

MARANHÃO. Universidade Estadual do Maranhão. **Projeto Político Pedagógico da entidade.** – São Luís, MA: UEMA, 2006.

MARANHÃO. Universidade Federal do Maranhão. **História da UFMA.** – São Luís, MA: UFMA, 2023. Disponível em: <<https://portais.ufma.br/PortalUfma/paginas/historico.jsf#:~:text=A%20Universidade%20ent%C3%A3o%20criada%2C%20fundada,de%20Enfermagem%20%27S%C3%A3o%20Francisco%20de>>. acesso em: 2 de dezembro de 2023.

MARCHELLI, Paulo Sergio. **Da LDB 4.034/61 ao debate contemporâneo sobre as Bases Curriculares Nacionais.** – São Paulo: Revista e-Curriculum, v. 12, n. 03, p. 1480-1511, out./ dez., 2014. ISSN: 1809-3876.

MARTINS, Priscila Bernardo; CURI, Edda. **Estágio Curricular Supervisionado:** uma retrospectiva histórica na legislação brasileira. – Revista Eletrônica de Educação, v. 13, n.2, p. 689-701, mai./ago., 2019.

MEDEIROS NETA, O. M. *et al.* **Organização e Estrutura da Educação Profissional no Brasil:** da Reforma Capanema às Leis de Equivalência. – Natal, RN: Holos, ano 34, vol. 04, 2018.

MELO, Josimeire Medeiros Silveira de. **História da Educação no Brasil.** – 2. Ed. – Fortaleza, CE: UAB/IFCE, 2012.

MELO, Sandra Maria Barros Alves. **História, políticas públicas e educação.** – Campinas, SP: Universidade Estadual de Campinas, 2008.

MORAES, Francisco Ronald Feitosa; BARGUIL, Paulo Meireles. **Estágio Supervisionado: Aspectos Históricos e a (auto) formação de professores de Matemática.** – Teoria e Prática da Educação, v.23, n.1, p. 145-166, jan./abr., 2020.

NOGUEIRA, Raimundo Frota de Sá. **A prática pedagógica de Lourenço Filho no Estado do Ceará.** Fortaleza: Edições UFC, 2001.

OLIVEIRA, Maria Isabel Barbosa de Moraes. **Projeto Político Pedagógico:** curso de História. – São Luís, MA: Universidade Estadual do Maranhão, 2014.

PACHECO, Eduardo José. **Programa “Idiomas sem Fronteiras” à luz do ciclo de políticas públicas: uma avaliação.** – Uberaba, MG: Universidade de Uberaba, 2018.

PALMA FILHO, João Cardoso. **A República e a Educação no Brasil: Primeira República (1889-1930).** – 3. Ed. – São Paulo: PROGRAD, UNJESP, Santa Clara Editora, 2005. P. 49-60.

PIMENTA, Selma G.; LIMA, Maria S. L. **Estágio e docência.** São Paulo: Cortez, 2012.

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. **Estágio e docência: diferentes concepções.** Revista Poésis, v. 3, n. 3 e 4, p. 5-24, 2006. Disponível em: <file:///C:/Users/ana%20luisa/Downloads/10542-Texto%20do%20artigo-40790-1-10-20100722.pdf>

RIBEIRO, Cláudia Pinto *et al.* **Epistemologias e Ensino da História.** – Porto, Portugal: CITCEM, 2017

SAVANI, Dermeval. **Formação de Professores:** aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. – Campinas, SP: Revista Brasileira de Educação, v. 14, n. 40, jan./abr., 2009.

SILVA, Natalia Alice *et al.* **O uso das ferramentas digitais no ensino remoto durante a pandemia.** – Campina Grande: VII CONEDU – VII Congresso Nacional de Educação, Realize Editora, 2021. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/81026>>. Acesso em: 1 de dezembro de 2023.

TAJRA, Lêda Maria Chaves. **O primeiro ciclo da Universidade Federal do Maranhão: uma análise crítica.** – Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, Instituto de Estudo Avançados em Educação, 1982.

VIEIRA, Felipe de Paula Góis. **Moderna em formação:** livro do professor. – 1. Ed. – São Paulo: Moderna, 2021.

YANAGUITA, Adriana Inácio. **As políticas educacionais no Brasil nos anos 1990.** – Marília, SC: Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, 2011.

Capítulo 3
PROJETOS DE REPÚBLICA A PARTIR DO JORNAL DE
JOSÉ DO PATROCÍNIO - CIDADE DO RIO (1887-1902)
Geovan Souza Silva

PROJETOS DE REPÚBLICA A PARTIR DO JORNAL DE JOSÉ DO PATROCÍNIO - CIDADE DO RIO (1887-1902)

Geovan Souza Silva

Doutorando em História pela UNESP, com orientação da Prof. Doutora Lúcia Helena Oliveira Silva, trabalhando com as temáticas: Cidadania; Raça; Imprensa Negra; Internacionalização; Intelectuais Negros. Atualmente bolsista CAPES (2024). Mestre em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita (UNESP) com os temas: Cidadania, Liberdade, Imprensa, Abolicionismo e Escravidão a partir de José do Patrocínio, Cidade do Rio (1887-1902), com financiamento pela CNPQ. Graduado em História pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU) – 2020.

RESUMO

A fonte deste trabalho é o jornal do século XIX chamado Cidade do Rio (1887-1902), o periódico faz parte de uma imprensa relevante que desenvolve um abolicionismo militante e usa dessa folha para disseminar ideais e lutar pelo fim da escravidão. Seu objetivo inicial era lutar pelo fim da escravidão como um dos porta-vozes do discurso abolicionista. A folha reunia nomes de abolicionistas e discussões políticas relevantes sendo amparadas por seu dono José do Patrocínio e seus pares. Neste trabalho, busco entender o jornal Cidade do Rio de José do Patrocínio e sua forma de contar a sua própria História e a do Brasil do final do século XIX a partir do pós abolição. Neste sentido, o trabalho buscará dialogar com os posicionamentos dos colunistas nesse jornal. Patrocínio se posicionará como um defensor da lógica republicana, o que parece inicialmente contraditório – bem como a maioria de suas defesas dos governos do século XIX ao defender a monarquia e posteriormente a República – mas ainda assim importante para as lutas por liberdade e cidadania. Alguns colunistas acompanham as opiniões do diretor chefe do periódico, buscarei apontar algumas dissonâncias que demonstrar a diversidade de pessoas envolvidas na formatação do impresso. Sua participação e ausência em seu jornal torna sua escrita extremamente relevante para pensar Brasil e República na década de 90 do final do século oitocentista. Sua atuação antes do 13 de maio de 1888 consta como um abolicionista atuante e que se tornou uma referência para diversos movimentos pela liberdade em todo o Brasil. Entretanto, ainda que ignorada em diversos momentos, sua presença e de seus pares no

pós-abolição não deve ser esquecida pois sua atuação continua atuante nos primeiros anos... Ao que é possível perceber Patrocínio se ausenta de seu jornal nos últimos anos da década de 90 – dados que serão apontados a partir da fonte. Tornar-se-á necessário desenvolver reflexões a partir de questionamentos como: existe uma “ausência” do redator chefe da folha? Se elas se confirmarem, dão algum recado para o leitor? Quais as preocupações dos outros colunistas? Como a folha se organiza na década de 90 após a missão inicial pela emancipação ter sido alcançada no 13 de maio de 1888? Neste sentido, a intenção é perseguir a conjuntura de emancipação descrita na folha diária na tentativa de observar o contexto histórico pelas lentes do Cidade do Rio.

Palavras-chave: Imprensa. Abolicionismo. Pós-Abolição.

ABSTRACT

The source of this work is the 19th century newspaper called Cidade do Rio (1887-1902), the periodical is part of a relevant press that develops militant abolitionism and uses this page to disseminate ideals and fight for the end of slavery. His initial objective was to fight for the end of slavery as one of the spokespeople for the abolitionist discourse. The sheet brought together the names of abolitionists and relevant political discussions being supported by its owner José do Patrocínio and his peers. In this work, I seek to understand the newspaper Cidade do Rio by José do Patrocínio and his way of telling his own history and that of Brazil at the end of the 19th century and after abolition. In this sense, the work will seek to dialogue with the positions of the columnists in this newspaper. Patrocínio will position himself as a defender of republican logic, which initially seems contradictory – as well as most of his defenses of 19th century governments when defending the monarchy and later the Republic – but still important for the struggles for freedom and citizenship. Some columnists follow the opinions of the periodical's chief director, I will try to point out some dissonances that demonstrate the diversity of people involved in formatting the printed material. His participation and absence in his newspaper makes his writing extremely relevant to thinking about Brazil and the Republic in the 90s at the end of the 19th century. His work before May 13, 1888 was an active abolitionist who became a reference for several freedom movements throughout Brazil. However, even though ignored at various times, his presence and that of his peers in the post-abolition period should not be forgotten as his role continued to be active in the early years... From what it is possible to see, Patrocínio was absent from his newspaper in the last years of the decade. of 90 – data that will be pointed out from the source. It will become necessary to develop reflections based on questions such as: is there an “absence” of the chief editor of the sheet? If they are confirmed, do they give any message to the reader? What are the concerns of other columnists? How did Folha organize itself in the 90s after the initial mission for emancipation was achieved on May 13, 1888? In this sense, the intention is to pursue the emancipation situation described in the daily sheet in an attempt to observe the historical context through the lenses of Cidade do Rio.

Keywords: Press. Abolitionism. Post-Abolition.

A fonte escolhida para este trabalho é o jornal do século XIX chamado *Cidade do Rio* (1887-1902). O periódico faz parte de uma imprensa relevante, pois fala sobre um abolicionismo militante e que usa dessa folha para disseminar seus ideais e lutar pelo fim da escravidão. Não somente isso, mas continua existindo e participando dos debates públicos da República de 1889. Seu objetivo inicial era lutar pelo fim da escravidão como um dos porta-vozes do discurso abolicionista e após a abolição passou a se comportar de forma a defender a liberdade conquistada pela população negra. A folha reunia nomes e discussões políticas relevantes, sendo amparadas por seu dono José do Patrocínio.

O jornal contém geralmente 4 páginas, apresentando notícias diversas locais do dia a dia, temas políticos, anúncios... Suas preocupações giram ao redor de acontecimentos diários, folhetins e colunas de opinião. Tornou-se um dos periódicos mais importantes para se entender o movimento abolicionista antes da abolição e o pós-abolição. Nesse período, seu papel vai moldando-se conforme o contexto político. Entretanto, o horizonte da liberdade e da cidadania plena estava sempre adiante. O jornal se inicia em 1887, bem próximo ao ano da emancipação e perdura até 1902 sob a direção de Patrocínio. No periódico, aparecem nomes como João Clapp, comerciante, abolicionista brasileiro e presidente da Confederação Abolicionista; Joaquim Nabuco, um abolicionista politizado e uma referência para Patrocínio; Luiz Gama, advogado e escritor abolicionista relevante para o fim da escravidão, defendeu ex-escravizados acusados contra crimes de senhores, e diversas outras ações contra o cativo; Coelho Netto, escritor e político brasileiro, participante da Academia Brasileira de Letras entre 1897 e 1934, escrevendo obras que colaboram na compreensão do pós-abolição e as perspectivas da imprensa e André Rebouças, engenheiro militar, também abolicionista que advogava pela causa do país como parlamentar negro no Estado. Esses nomes citados assinam colunas, são citados em contextos diferentes e fazem parte da construção do jornal, fazendo dele um elemento de relevância na leitura da imprensa brasileira do fim do XIX.

Diversos estudos se preocuparam com a formação do Estado neste período. No texto “Os Cenários da República. O Brasil na virada do século XIX para o século XX”, Margarida de Souza Neves, observa um dinâmico ritmo temporal que abrangia as grandes

cidades como a capital carioca⁷, que dá nome ao impresso. Entretanto, no interior, segundo a autora “nada parecia romper uma rotina secular, firmemente alicerçada no privilégio, no arbítrio, na lógica do favo, na inviolabilidade da vontade senhorial dos coronéis e nas rígidas hierarquias assentadas sobre a propriedade, violência e o medo”⁸. Essa diferenciação entre o interior e a capital federal do Brasil foi o objetivo inicial da autora para demonstrar que o Rio de Janeiro convivia com dois cenários e é importante partir desta premissa para entender o Brasil da última década do oitocentos.⁹

A folha aqui tratada como fonte histórica demonstrava por seus articulistas, uma grande preocupação com os discursos presentes na capital sobre nação, liberdade, direitos e outros temas. Tanto o é que seu título e as temáticas trabalhadas nos editoriais são voltadas para as discussões pontuais principalmente na política da capital federal. Entretanto isto não significa que o interior fosse ignorado. Temáticas sobre ele apareciam noticiados nas primeiras páginas. Para Neves há entendimento da complexidade de se pesquisar o contexto republicano pois ele demarca um país em reconstrução com diferentes projetos e prioridades. A autora continua “Por toda a parte novos agentes e novas práticas sociais transformam as cidades. Empresários e operários redesenham os polos da conflitividade social”.¹⁰

A *Cidade do Rio* conviveu com dois períodos de governos autoritários. O primeiro chamado de República da Espada de 1889 à 1894 governado pelos militares Marechal Deodoro de Fonseca e Floriano Peixoto. Este foi o tempo em que a República se instituiu e teve seu caráter ditador escancarado, inclusive por conta do fechamento de jornais sendo um deles o periódico de Patrocínio. Em sequência começou a República Oligárquica que foi de 1895 à 1930, período que também deixou suas marcas no jornal.

É importante refletir a partir de suas colunas sobre como jornal se posicionava dentro da República e também sobre as organizações presentes e as políticas representativas do governo vigente da década de 1890. Como parte da organização de

⁷ NEVES, M. de S.: Os cenários da república. O Brasil da virada do século XIX para o século XX. In: Delgado, Lucília de Almeida Neves e Ferreira, Jorge Luís (orgs.). Brasil Republicano: Estado, sociedade civil e cultura política. O tempo do liberalismo excludente. Da Proclamação da República à Revolução de 1930. 1^o Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2003, v. 4. P. 14 a 44.

⁸ NEVES, 2018. Pág. 11.

⁹ NEVES, 2018. Pág. 12.

¹⁰ NEVES, M. de S.: Os cenários da república. O Brasil da virada do século XIX para o século XX. In: Delgado, Lucília de Almeida Neves e Ferreira, Jorge Luís (orgs.). Brasil Republicano: Estado, sociedade civil e cultura política. O tempo do liberalismo excludente. Da Proclamação da República à Revolução de 1930. 1^o Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2003, Pág. 17

uma linha temporal para o texto, a preocupação primeira é tratar da temática republicana da capital - a partir das linhas de cidadanias, liberdades, racismo e imprensa – dentro do tempo de existência da fonte que parte de 1887 até 1902, se detendo um pouco mais a década de 1890, porém com recortes curtos devido a limitação das páginas. O compromisso inicial é compreender como os projetos de República estavam sobrepostos e as demandas sobre o novo governo teriam que dar conta de uma sociedade complexa e diversa em seus interesses.

Para José do Patrocínio, o projeto de República ainda era uma novidade no começo da década de 1890, e seus escritos vão tomando forma e gerando discussões entre a população carioca, pois seus posicionamentos foram se tornando cada vez mais orientados pelo viés crítico do editor chefe. Tais práticas foram tomando forma no decorrer dos anos e com a troca de presidentes e sua aproximação ou não dos mesmos. Inicialmente, o dono do jornal se posicionou a favor da República, mesmo tendo tido uma atuação em defesa da monarquia em momento anterior a 1888. Esta mudança gerou desconfianças e desafetos como de Joaquim Nabuco, que havia sido um de seus pares na luta pela abolição. Patrocínio afirma em diversos contextos que seu apoio a monarquia se devia em grande parte a figura da Princesa Isabel e a sua atuação em defesa do fim da escravidão, e não da monarquia como um todo.

No ano de 1890 era possível perceber algumas discussões que apontavam para o modelo de pareceres a ser construído dentro do jornal sobre o governo republicano. Em 18 de agosto, meses antes do primeiro ano do aniversário da proclamação da República, se lê

a república só é invencível, porque assenta na fraternidade universal, e vive da aplicação das leis sociais, indestrutíveis como as demais leis naturais [...] lugar para todos. [...] ao país convém que todos sintam-se cidadãos e todos contribuam para engrandecê-lo pelo trabalho e moraliza-lo pela fiscalização.¹¹

A notícia ventilava as convicções no editorial do jornal de que a República poderia oferecer uma sociedade fraterna, livre, moralizada, com lugar para todos. Essa afirmação tornou-se um ponto partida e representava a esperança de um novo formato de governança que poderia olhar para a população e atender as demandas para além do que havia sido produzido durante a monarquia. Entretanto, essas esperanças se confundem com diversos casos que desafiavam o discurso republicano.

¹¹ *Cidade do Rio*, 18 ago. Ed. 186. 1890.

Neste caminho, em um número raro dentro do jornal, uma ilustração chama atenção no dia 27 de setembro de 1890, data simbólica também pela comemoração de 2 anos de existência da *Cidade do Rio*. A folha sempre produzia números celebrativos em datas importantes e uma delas era sua data de início. Uma ilustração datada no mesmo dia pode ajudar a entender o argumento aqui pretendido.



Fonte: 1 *Cidade do Rio*, Ed. 219. 27 de set. 1890.

No canto superior esquerdo é possível perceber os dizeres “13 de maio” e “15 de novembro” juntos e representados por duas figuras com posição espelhada e com vestimentas idênticas. A ilustração oferece o tom de aproximação que os colunistas do jornal buscarão dar à data da abolição e de alguma forma ao movimento abolicionista representado na figura de Patrocínio, buscando consolidar a interpretação de que são dois momentos de extrema relevância e que não se opõem. Pelo contrário, se complementam e em alguma medida lutam pelo mesmo ideal de liberdade. Tudo isso, na teoria e na visão embasada dos escritores ligados ao jornal.

Havia um forte discurso em defesa da proximidade das datas consideradas importantes. Luiz Murat em 1893 em um número comemorativo pelos 5 anos de Abolição afirma que “Quem fez o 15 de novembro foi o 13 de maio”¹². Tal assertiva indicava a importância dos dois acontecimentos pelos “pares” de Patrocínio. Para Murat, o 13 de

¹² *Cidade do Rio*, 13 de mai. Ed. 127. 1893

maio teria gerado o 15 de novembro de 1889, afirmação que à época poderia ser considerada perigosa para um projeto de governo que buscava se desfazer dos marcos que fizessem alusão a população afro-brasileira.

Os primeiros anos da República entre 1889-1895 são essenciais para compreender o caráter autoritário da República formada em 15 de novembro. Nesse sentido, Elio Chaves Flores faz um balanço desse primeiro período, afirmando que houve uma sedimentação da tradição republicana.¹³ Muitos acreditavam que a República se opunha à Monarquia, mas na prática ela não se constituiu como se esperava, porque o projeto político vitorioso foi das grandes oligarquias, em oposição ao projeto que buscava mudanças mais expressivas e maior poder a população¹⁴.

Segundo Flores tradições e costumes do regime monárquico foram mais duradouros e não seriam tão facilmente removidos com a proclamação da República, o que levou a necessidade da força contra a oposição e o frequente uso das intervenções militares nos anos entre 1889 e 1895¹⁵. Fruto do grupo mais radical que desejava maiores mudanças em favor da população, especialmente dos mais pobres e afrodescendentes, o jornal se posicionou criticamente contra as preposições dos dois governos vigentes no período.

A conjuntura estava tomada de intenções conservadoras que buscavam manter inalteradas as relações sociais mesmo com a Proclamação da República. Organizações negras buscaram se proteger da truculência na República e, uma das mais conhecidas agremiações foi a Guarda Negra, citada primeiro capítulo. A organização tinha como intuito defender as demandas de uma parcela da população negra. Ela é uma produção que demonstra as movimentações de Patrocínio e revelam a capacidade de organização das comunidades de afrodescendentes no deflagar da república. No texto de Flávio Gomes “No meio das águas turvas Racismo e Cidadania no alvorecer da República: A Guarda Negra na corte – 1888-1889”¹⁶ ele aponta que homens e mulheres negros, partindo de suas tradições de luta e experiências da escravidão após a emancipação, buscavam forjar

¹³ FLORES, Elio Chaves. “A consolidação da República: rebeliões de ordem e progresso”. In: Ferreira, Jorge; Delgado, Lucília de Almeida Neves. O Brasil Republicano, livro 1: o tempo do liberalismo excludente: da proclamação da república à revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. Pág. 47-88. Pág. 46.

¹⁴ FLORES, 2018, Pág. 47

¹⁵ FLORES, 2018, Pág. 47

¹⁶ GOMES, Flávio dos Santos (1991) lugar errado na referência. “No meio das águas turvas (Racismo e cidadania no alvorecer da República: a Guarda Negra na Corte – 1888-1889)” In Estudos Afro-Asiáticos, Rio de Janeiro, n. 21, p. 75- 96.

novas experiências de liberdade¹⁷. O autor explica que a Guarda Negra ligada ao “isabelismo” buscava conseguir a participação política naquele momento no período pós-abolição, se tornando uma preocupação das elites. A inserção dessa parcela da população no mercado de trabalho livre, a demanda por cidadania e direitos eram preocupações do grupo que desagradavam os grupos oligárquicos.

Flavio Gomes afirma que entre os objetivos da Guarda Negra, um deles era defender as vertentes monarquistas, isso porque a maioria dos participantes desse grupo era preta e preocupava-se com o que a elite poderia planejar agora vestida de república, e essa participação política poderia ser um problema para as elites¹⁸, por isso a necessidade de defender a vertente política que havia assinado a Lei Áurea. O argumento da Guarda Negra colabora na visão mais amplificada dos projetos da república e em como eles se desenvolveram a favor das próprias concepções, excluindo a população recém-liberta. Porém, em contrapartida, também solidifica o campo de lutas da população preta que se organizava para se autoafirmar e proteger seus ideais.

O posicionamento de Patrocínio como um dos apoiadores do grupo dentro do jornal era defender a organização, embora não sem críticas. A *Cidade do Rio* e a Guarda Negra se entrelaçam, por exemplo na data de criação, 27 de setembro, que também é uma data celebrativa da Lei do Ventre Livre, marcos simbólicos que não devem ser ignorados pois não são marcas aleatórias, antes ainda são vívidas para a História.

Matheus Gato em seu livro “O Massacre dos Libertos”¹⁹ oferece alguns argumentos na compreensão desse contexto que fazia com que atuantes da Guarda Negra e boa parte da população preta defendesse a monarquia. O historiador refere-se a um acontecimento na cidade de São Luís do Maranhão durante o processo de instauração da República em 17 de novembro de 1889. Havia boatos entre a população de que o golpe militar poderia restaurar a escravidão. A informação mobilizou parte da população negra da cidade a protestar contra a Proclamação da República em frente à sede do jornal O Globo. A movimentação foi violentamente reprimida pelas forças policiais do Estado produzindo muitas mortes e feridos e, embora tenha sido um conflito de grandes proporções, foi noticiado discretamente e que de acordo com o autor pouco explorada pelos historiadores da história contemporânea.

¹⁷ GOMES, 1991, Pág.77.

¹⁸ GOMES, 1991. Pág. 88

¹⁹ GATO, Matheus. O massacre dos libertos: sobre república e raça no Brasil. São Paulo: Perspectiva, 2020, 163 p.

O argumento central do estudo de Gato recai sobre a experiência da subordinação racial e clivagem de direitos e toda violência física e simbólica que derivou as escolhas políticas e os interesses das pessoas negras no pós-abolição.²⁰ Esse vetor de análise é uma chave importante na compreensão por exemplo do argumento do “isabelismo” que aparece no *Cidade do Rio* ancorado na experiência de seu proprietário.

Compreende-se que a defesa de Patrocínio e o seu investimento em organizações que protegessem a monarquia e seus ideais são resultado de narrativas golpistas advindas antes mesmo do 15 de novembro de 1889. Havia uma tensão que pairava frente as ameaças a cidadania conquistada. Isto por conta de um governo que se apoiava em um discurso antidemocrático. Gato afirma que o medo do retorno ao cativo, no caso de São Luís, ganhou forma de um protesto de rua²¹ e tal sentimento muito provavelmente estaria presente também na capital federal e motivasse o posicionamento do jornal. O *Cidade do Rio* surgiu com a missão de colaborar com o discurso abolicionista em 1887 e sua indignação toma forma de letras que muitas vezes vão se materializar por exemplo nos ataques contra o jornal e seu proprietário. O medo do retorno do sistema escravocrata se apresentava em diferentes formas de protesto.

É relevante perceber o lugar do “isabelismo” dentro de um recorte racial, em um contexto que ameaçava os projetos abolicionistas. O medo do retorno da escravidão ainda era sensível, bem como o revanchismo que os senhores de escravizados estavam dispostos a sustentar também dava o tom dessa escolha política. Defender a Princesa Isabel – não para todos, mas para muitos – era defender a liberdade conquistada de uma república desconhecida e ditadora.

Neste sentido, as versões sobre a Guarda Negra eram de que o grupo existia como uma milícia de navalhistas e capoeiras pagas pelo Império. Gomes trabalha a questão afirmando que este posicionamento era uma forma de reduzir a organização a uma leitura racista de que essas produções pretas eram apenas em gratidão ao império, visão também reproduzida por historiadores. Entretanto, ela mostra que os libertos buscavam reivindicar suas demandas de liberdade e gritando o seu “não quero” para a República²².

²⁰ GATO, 2020. Pág. 27.

²¹ GATO, Matheus. O massacre dos libertos: sobre república e raça no Brasil. São Paulo: Perspectiva, 2020, 163 p. Pág. 120.

²² Gomes, Flávio dos Santos. “No meio das águas turvas (Racismo e cidadania no alvorecer da República: a Guarda Negra na Corte – 1888-1889)” In Estudos Afro-Asiáticos, Rio de Janeiro. 1991. n. 21, Pág. 78.

Literatura e os olhares de colonistas do *Cidade do Rio* sobre a República

Em um folhetim denominado “Noite de Núpcias” é possível perceber algumas ideias que explicam as diversas possibilidades de existência e interpretação das populações negras e dos imigrantes sobre a República. A narrativa demonstra as inúmeras camadas presentes durante o governo republicano.

A história começa a aparecer na segunda página em uma nova seção do jornal chamada “Cidade Nova”. O periódico define essa seção como uma segunda versão do periódico dentro do impresso, a ideia era que esta seria uma perspectiva humorística e irônica do contexto carioca brasileiro em referência a República que muitos diziam defender.²³ O folhetim, dividido em diversos números, começa contando a história de Gertrudes, uma possível portuguesa que vem para o Brasil como imigrante junto de seu sobrinho Augusto. Ao chegar no Rio de Janeiro, a imigrante se depara com uma grande cidade do começo dos anos 80 e busca por uma ocupação remunerada.²⁴ Na história se lê que Gertrudes foi trabalhar para uma família do centro da cidade na casa de Madalena e do Sr. Albino Vieira por 5 mil réis “quantia essa que pareceu boa a mulher, uma verdadeira fortuna”²⁵. Enquanto isso, Augusto seria “adotado” por um taverneiro chamado Domingos, o garoto havia sido contratado para trabalhar, porém acaba escravizado pelo “adotante” que agredia o sobrinho de Gertrudes, que cansado das violências sofridas, foge para reencontrar-se com sua tia. Ao presenciar os ferimentos do Augusto, a tia indaga a si mesma se “Então era pra isso que ela tinha trazido para o Brasil o filho de sua adorada irmã?”²⁶ vendo isso ela o coloca para morar junto da família do Sr. Albino Vieira, onde ela já tinha estadia. A patroa Magdalena, se afeiçoa do garoto e investe em sua educação para leitura e escrita.

Em um dado momento, Augusto se vê envolvido em uma situação que revela algo importante na narrativa. Certo dia, Augusto vê o carteiro na porta, e com a curiosidade de criança afirma na mesa de jantar que a mãe – era assim que ele já chamava a patroa de sua tia – envia carta para um desconhecido, e o marido de Magdalena acaba por desconfiar de traições da esposa.²⁷ Neste contexto, Vieira quer expulsar Gertrudes e seu sobrinho ao

²³ *Cidade do Rio*, 6 de nov. 1897. Ed. B34. Pág. 2

²⁴ *Cidade do Rio*, 6 de abril. 1898. Ed. 162

²⁵ *Cidade do Rio*, 7 de abril. 1898. Ed. 163

²⁶ *Cidade do Rio*, 11 de abril. 1898. Ed. 165 Pág. 2.

²⁷ *Cidade do Rio*, 11 de abril. 1898. Ed. 165

descobrir que a criança era incumbida de levar cartas para o amante de Magdalena. Albino Vieira, de punhos cerrados, ameaçou os que estavam na mesa, deixando todos assustados com a cena.²⁸

Neste processo, ao serem expulsos da casa de Vieira, a esposa Magdalena apoiará financeiramente um lugar para Gertrudes e seu sobrinho morarem, onde a tia de Augusto vai inclusive abrir um comércio “A bela Magdalena, esposa do Albino Vieira e antiga amante do Barão de Louzada, tinha influído para a que a tia Gertrudes a tanto se arriscasse”.²⁹ Anos depois, no decorrer da narrativa, Augusto se envolve amorosamente com a patroa de sua tia, que passou a fazer visitas corriqueiras depois de alguns anos afastada de Augusto e Gertrudes. O marido de Magdalena, já desconfiado das anteriores traições da esposa, acaba descobrindo mais uma deslealdade da esposa por um bilhete deixado em sua residência, agora em um contexto ainda mais caótico que antes a traição foi consumada com aquele que havia feito estadia em sua casa anos antes. Nos acontecidos do folhetim, Albino Vieira flagra os dois personagens em traição e os dois homens entram em um embate que faz com que Augusto vá para a cadeia prestar depoimento. O que se sabe, é que Augusto é fruto de um contexto de busca por sobrevivência, ele vai inclusive mudar de nome para Silva Tristão após ser enquadrado na polícia pela luta corporal com Vieira, na tentativa de reconstruir sua própria história depois da morte da Tia.³⁰ O contexto de expulsão dos dois imigrantes demonstra a fragilidade do contrato social que a população branca buscava ter com os que lhes eram “estranhos”, ainda que estes fossem “quase da família” dada a percepção de que Augusto já chamava o casal de “mãe” e “pai”.

A narrativa muda de contexto e passa a contar a história de Júlia, uma mulher que gostava de ler romances de Coelho Netto, Olavo Bilac e outros. Sendo um dos seus livros preferidos o de Aluísio Azevedo e seu romance *O Mulato*. Ao ler a História contada por Azevedo, Júlia ficava com raiva do preconceito de raça maranhense contra o personagem. A leitora era uma abolicionista de coração que não tolerava quem também não o fosse e tinha uma forte ligação com a imprensa e um dos seus objetivos principais era se casar. A personagem principal a partir deste ponto é Júlia e sua busca coletiva familiar por um marido. Adiantando o final da História, Júlia acaba por se casar com Augusto - os caminhos do sobrinho de Gertrudes e a abolicionista se cruzam e os dois acabam por firmarem

²⁸ *Cidade do Rio*, 12 de abril. Ed. 166. 1898.

²⁹ *Cidade do Rio*, 13 de abril, Ed. 167. 1898.

³⁰ *Cidade do Rio*, 23 de abril. 1898. Ed. 176, Pág. 2.

casamento. Mas outras figuras aparecem na narrativa. Antes ainda de chegar neste ponto do folhetim, é apresentado ao leitor o irmão de Júlia chamado de Chiquinho, morador de Curitiba, que estava de viagem e voltava para o Rio de Janeiro na virada da monarquia para a República para visitar sua mãe e irmã. Neste contexto, Júlia estava procurando um parceiro para casar-se e o irmão leva uma série de homens para conhece-la com intenção matrimonial. Muitos se interessam por Júlia, mas algumas divergências impedem a união com alguns parceiros, como o fato de um deles ser republicano e a mãe de Júlia seguir a vertente monarquista³¹.

Dado o contexto republicano, a história começa a desenvolver a cena de uma segunda visita de Chiquinho, mas agora com sua esposa e uma “criada” “mulata” – nome citado no folhetim da “criada” do irmão de Júlia – em uma de suas saídas com alguns amigos, ao voltar para casa, Chiquinho encontra a “mulata” conversando com um “esbrocha” dentro da casa de sua mãe e o mesmo ameaça o homem que conversava com a “mulata” que responde com golpes de capoeira

Trouxe consigo do Paraná uma criada – mulata de seus vinte e cinco anos, cheia de corpo, fisionomia grosseira. Certa noite quando voltavam do teatro, mais cedo do que de costume, por incômodos de D. Francisca, encontraram a porta da rua aberta. Ficaram surpreendidos com aquilo. Seria possível que a Clara (Assim que se chamava a mulata) adormecesse esquecendo-se de fechar a porta?

O Chiquinho entrou na frente, passos.

Qual foi o seu espanto quando ao chegar à sala de jantar encontrou em companhia de Clara um esbrocha, ambos sentados a conversar sossegadamente.

A vista de Chiquinho a mulata fugiu para a cozinha.

O cabrocha levantou-se

- O que está fazendo aqui a essas horas? Perguntou-lhe Chiquinho: quem é o senhor que entrou em cerimônia em minha casa.³²

Chiquinho, como republicano “valente” lança o revólver e os dois começam a lutar com golpes de capoeiragem. Chega a polícia, a vizinhança acorda e o homem é preso no meio da confusão.³³ Neste momento, a narrativa começa a desembocar em uma situação parecida com a vivida por Gertrudes junto com Augusto quando são expulsos da casa de Albino Vieira e Magdalena. A “mulata” envolvida na situação é surpreendida pela mãe de Júlia e Chiquinho que decide então resolver a situação com Clara

³¹ *Cidade do Rio*, 14 jun. Ed. 219. 1898

³² *Cidade do Rio*, Ed. 236 4 de julho de 1898.

³³ *Cidade do Rio*. Ed. 235. 2 de julho. 1898.

D. Francisca, por sua conta e risco, sem consultar ninguém, foi a cozinha, onde encontrou Clara ancorada no canto do fogão e botou-a pela porta fora.

- Sai, peste! Para a rua, sem vergonha! Sem demora! [...] Quando Chiquinho chegou, D. Francisca contou-lhe o que havia feito.

- Foi pouco, mamãe; a senhora devia dar-lhe uma porção de cachações.³⁴

A narrativa do folhetim começa contando a história de uma trabalhadora imigrante, tia daquele que futuramente seria genro de Francisca. Gertrudes tinha as mesmas funções que Clara, a “mulata” escravizada por Chiquinho, entretanto, há uma diferença entre as duas mulheres: Gertrudes recebe um apoio financeiro de Magdalena para se reestabelecer após ser expulsa por Albino Vieira, o que não ocorre com Clara. Ela é expulsa de seu lugar de convivência comum, no Rio de Janeiro, em um provável lugar desconhecido para ela pois vinham de viagem de Curitiba. As chances de aquela ser uma cidade excluída do conhecimento dela são altas, o que torna o contexto dela ainda mais sensível, sendo também necessário que ela tivesse algum tipo de apoio financeiro de sua rede de trabalho para reconstruir sua nova vida forçadamente, agora, carioca.

Há aqui uma diferença no tratamento de duas representantes de populações empobrecidas, que são tratadas de forma desigual uma da outra em seus problemas relacionados ao trabalho e cidadania. No caso de Gertrudes, ela de alguma forma é amparada por alguém para dar continuidade a sua vida no Brasil. No caso de Clara, qual é destino da mesma? Para onde ela se dirige? Qual o desenrolar da história dessa mulher que em alguma medida se aproxima da vivência de Gertrudes? São duas mulheres que tem trabalhos parecidos, mas que não são auxiliadas da mesma forma.

Os personagens representam o contexto político da década de 90, aonde haviam diversas divergências política. No caso da família de Júlia, ela era abolicionista e tinha dificuldades com quem não o fosse. Seu irmão, republicano e sua mãe monarquista. O romance retrata bem a perspectiva política da época que era construído por uma série de posições políticas que estavam em embate e estavam buscando mais fieis as suas defesas políticas.

O romance termina com o casamento de Júlia e Augusto Tristão, agora chamado de Comendador. Uma abolicionista casada com um imigrante. Na noite de núpcias – momento que dá título ao conto - tão esperada por ela, Augusto reage a sua esposa de

³⁴ *Cidade do Rio*, Ed. 236, 4 de julho de 1898, Pág. 2.

forma a desdenhar de sua companheira. Júlia se prepara para ter seu sonhado momento íntimo com seu parceiro e buscava convence-lo a se entregar aos desejos nupciais.

“- Meu Maridinho! – Sim, Dizes muito bem. Teu Maridinho! Para a vida e para a morte”.³⁵ Ao que parece, a narrativa se desdobraria em uma linda noite de celebração do casamento, entretanto “O Comendador abriu a gaveta da mesinha da cabeceira e tirou um barrete de lã que enfiou na cabeça. Julia achou aquilo muito prosaico” a resposta do Comendador foi “Não estranhes coisa alguma. Vamos dormir. – Dormir? – Dormir, sim. [...] Dormir, Augusto? Inqueriu com uma espécie de revolta da carne contra aquela indiferença do marido”³⁶ em seguida a narração dá conta de afirmar que Augusto, agora Comendador, soprou a vela e voltou as costas à Júlia. “O silencio que reinava foi quebrado por um som estranho semelhante ao ronco longínquo de um trovão. Depois outro som, de natureza diversa, monótono, contínuo, começou a se ouvir. O comendador dormia e dormindo roncava.”³⁷ Neste contexto, Júlia parece assustada com o que vira pois esperava muito mais da noite e de seu companheiro

Atônita com o que vira e ouvira, Julia sacudiu o marido violentamente. Augusto Severo não de acordo [...] ergueu-se, saltou da cama, riscou um fósforo e acendeu a vela [...] quem a visse então, desconheceria por certo a formosa e meiga morena, cuja história em pálidos traços temos aqui descrito. [...] mirou-se no cristal polido. Rápida, desprende a camisa dos ombros e uma nuvem de rendas e de sedas caía a seus pés. Os seus cabelos, negros, luzentes flutuavam sobre as suas espadas... Nua, inteiramente nua... [...] um suspiro profundo saiu do seu peito.

- Bela noite de núpcias, murmurou ela.

- Quanto tempo a levou a contemplação da própria imagem não sabemos dize-lo. Meia hora talvez...

Uma inspiração veio de repente [...] - Tentemos um último esforço! [...] Aproximou-se do marido e sacudi-o por diversas vezes.

Augusto Severo acordou, e estremunhado encarou-a.

- Que queres? Perguntou.

- O que quero. O que quero? Ainda perguntas, Augusto? Soluçou a morena.

O comendador fitou-a e vendo-a nua disse-lhe com interesse:

- Veste-te, menina! Podes apanhar uma constipação.

Júlia, ao receber este segundo insulto, disse-lhe apenas: - Burro! Besta! Dorme, animal! E saiu desesperadamente do quarto.³⁸

³⁵ *Cidade do Rio*, 8 de julho de 1898. Ed. 240, Pág. 2

³⁶ *Cidade do Rio*, 8 de julho de 1898. Ed. 240

³⁷ *Cidade do Rio*, 8 de julho de 1898. Ed. 240, Pág. 2.

³⁸ *Cidade do Rio*, Ed. 241 9 de julho de 1898.

A história termina com um epílogo, que narra possíveis leitores do jornal na Rua do Ouvidor conversando sobre o folhetim, onde a interpretação que os leitores - ao buscar uma finalização para o folhetim e resumir a narrativa - é que Júlia teria fugido com um homem chamado “Rivadavia”, sendo este nome de um deputado federal da época. O folhetim não pode ser deixado de ler como um artigo de luxo na compreensão política da República. Em primeiro plano porque ele está em uma seção relativamente nova na folha e busca ser “humorístico” em um sentido irônico e que antes já havia sido adiantado pelo editorial de que esse espaço na folha seria dedicado a pensar as governanças republicanas, ou seja, é um folhetim tomado de posicionamentos a partir desta lógica, que exige o esforço atento de analisar a partir desta ótica.

No caso, é possível identificar algumas aproximações entre 3 personagens femininas. Júlia, representando o abolicionismo; Gertrudes, representando a classe imigrante e Clara retratando a perspectiva de uma população negra recém-liberta. Há uma possível análise que é o fato de que essas 3 mulheres foram abandonadas, rejeitadas, expulsas de seus espaços comuns. No caso de Júlia, é possível ver que ela foi menosprezada por diversos pretendentes e inclusive por seu marido na noite de núpcias. Gertrudes, foi expulsa de seu lugar de moradia por algo que ela não tinha se quer se envolvido diretamente e Clara foi também repudiada por sua atitude de liberdade de se permitir socializar com outros além da família que possivelmente a escravizava mesmo após o 13 de maio de 1888.

Além das 3 personagens da história que estão diretamente ligadas a perspectiva de escravidão, abolicionismo ou imigração, há também a narrativa de Magdalena, esposa de Vieira no começo do folhetim. Diferente das outras personagens, ela faz parte da elite financeira do Brasil, mas ela tinha algo em comum com as outras mulheres: todas buscavam liberdade. No caso de Magdalena, a liberdade de poder se relacionar afetivamente. É perceptível então, a preocupação da sessão em falar sobre liberdade em diversos planos. Júlia tem uma preocupação inicial com a abolição, mas que não é um pensamento republicano, representado por Chiquinho. Que demonstra isso inclusive por ter uma escravizada no seu leito familiar, representando a classe republicana que buscava liberdade para si, mas não se preocupava em oferecer indenização para os escravizados. Pelo contrário, entendiam que eles é que mereciam indenização para continuar reproduzindo seus ganhos livremente.

Júlia, ao buscar a felicidade republicana a partir de uma união estável, acaba por ser renegada na principal noite das cerimônias de casamento do século XIX, a prometida noite de núpcias. É possível aqui aproximar essa análise pois a República também prometia uma série de liberdades pautadas no início da década com diferentes projetos que prometiam uma liberdade plena. Entretanto, essa liberdade alcançada no 15 de novembro de 1889, a provável “Noite de Núpcias” entre os ideais abolicionistas e republicanos não se concretizou. Pelo contrário, o abolicionismo foi sufocado em suas demandas e precisou se esforçar para se manter no plano político.

Enquanto isso, Gertrudes apoiada na perspectiva de uma vida melhor no Brasil, representa uma classe de pessoas que receberam apoio financeiro e social para criarem raízes no Brasil inclusive financeiramente e com suas respectivas famílias. Gertrudes, com a “indenização” branca que recebe de sua patroa consegue se estabelecer no Brasil e morrer em boas condições se comparada à realidade da personagem Clara, por exemplo. A tia do Comendador, deixa boas quantias para que Augusto tivesse plena cidadania no Brasil após sua morte. Num claro exemplo de como os imigrantes foram convidados a permanecer para embranquecer um país que se negava preto e afrodescendente. No jornal, há uma ilustração em 1901, alguns anos após a publicação do folhetim que soma nas reflexões sobre a narrativa.

O título do desenho é “Cosmorama – A imprensa de arribação”.



Figura 1 - Cidade do Rio. 16 de ago. 1901. Ed. 273.

Na legenda, de um lado se lê “RECEMCHEGADA – Uma velha ovarina, que, não podendo mais carregar carvão ou vender peixe na terra, emigra à procura de trabalho, humilde e bonacheirona. INSTALADA – Uma mulher da vida, que recebe na pena e no lápis com a mesma facilidade, a descompostura das janelas de ofícios das ruas.” Aqui é possível perceber a visão da época sobre as diferenças com que eram tratadas aqueles que imigraram para o Brasil no século XIX. No caso da ilustração, a senhora torna-se alguém com roupas de classe mais alta do que quando chega ao país, em uma casa com boas condições e em uma posição de “descanso” ou apenas de observação, em contrapartida a perspectiva de trabalho inicial do lado esquerdo.

Neste sentido, é possível então analisar que a liberdade pautada por Patrocínio no final do século XIX busca um Estado Democrático que atendesse as demandas da população preta. Uma preocupação que não é exclusiva desse periódico, mas que faz parte de um corpo de organizações que buscam pautar as liberdades dos emancipados.

Patrocínio parecia se distanciar das pautas de liberdade ao se aproximar da República e dos seus ideais e em diversos momentos fora visto com um traidor. Porém, ele pensava um projeto para uma parcela da população preta e foi construindo planos a partir dessa premissa. Se tornou em alguma medida crítico a Monarquia porque lhe cabia fazer dessa forma para a construção de suas perspectivas no Brasil Republicano. E no *Cidade do Rio* os editores buscarão negociar projetos através de folhetins como esse. É possível perceber que haviam projetos em disputa durante a República, narrativas e construções que sonhavam um lugar de destaque por direitos.

Fonte

Cidade do Rio, 1887-1902.

Bibliografia

NEVES, M. de S.: Os cenários da república. O Brasil da virada do século XIX para o século XX. In: Delgado, Lucília de Almeida Neves e Ferreira, Jorge Luís (orgs.). Brasil Republicano: Estado, sociedade civil e cultura política. O tempo do liberalismo excludente. Da Proclamação da República à Revolução de 1930. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2003, v. 4. P. 14 a 44.

FLORES, Elio Chaves. "A consolidação da República: rebeliões de ordem e progresso". In: Ferreira, Jorge; Delgado, Lucília de Almeida Neves. O Brasil Republicano, livro 1: o tempo do liberalismo excludente: da proclamação da república à revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. Pág. 47-88. Pág. 46.

GOMES, Flávio dos Santos (1991) lugar errado na referência. "No meio das águas turvas (Racismo e cidadania no alvorecer da República: a Guarda Negra na Corte – 1888-1889)" In Estudos Afro-Asiáticos, Rio de Janeiro, n. 21, p. 75- 96.

GATO, Matheus. O massacre dos libertos: sobre república e raça no Brasil. São Paulo: Perspectiva, 2020, 163 p.

Capítulo 4

**EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NA UEB SÃO RAIMUNDO:
DOS REGISTROS DE PATRIMÔNIOS HISTÓRICOS EM
SÃO LUÍS ÀS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NA SALA
DE AULA**

Jany Kerly Mendes Corrêa

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NA UEB SÃO RAIMUNDO: DOS REGISTROS DE PATRIMÔNIOS HISTÓRICOS EM SÃO LUÍS ÀS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NA SALA DE AULA

Jany Kerly Mendes Corrêa

Mestranda do Programa do Mestrado Profissional ProfHistória – UFMA.

Email: janykims2@hotmail.com

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo apresentar a construção e execução de atividade prática de Educação Patrimonial na disciplina de História com as turmas de 7º e 8º séries da Unidade de Ensino Básico São Raimundo, localizada no bairro São Raimundo, da zona rural do Município de São Luís. Por meio de uma atividade propositiva da disciplina Educação Patrimonial do Programa de Mestrado do ProfHistória-UFMA foi possível levar para dentro do espaço escolar registros escritos e visuais do patrimônio cultural presentes no Centro Histórico de São Luís. Para tanto, elaborou-se uma sequência didática com a organização e montagem de minicurso e uma exposição que contemplasse conceitos e aspectos das culturas materiais e imateriais de São Luís do Maranhão. Com o uso de fichas realizou-se a verificação sobre patrimônio cultural tanto dos conhecimentos prévios dos estudantes quanto dos conhecimentos construídos/desenvolvidos quando da finalização da atividade. Durante o desenvolvimento dessa prática de ensino percebeu-se o interesse dos estudantes pela diversidade cultural e assim ocorreu a apropriação de informações que desconheciam. Dessa forma, defende-se a necessidade do ensino de educação patrimonial aos estudantes de ensino básico da zona rural de São Luís incentivando o interesse dos alunos ao pertencimento cultural local através do conhecimento para reconhecer e preservar a cultura histórica de sua cidade.

Palavras-chave: Educação Patrimonial. UEB São Raimundo. Pertencimento Cultural.

INTRODUÇÃO

A escola é um espaço riquíssimo para a construção de identidades individual e coletiva, proporcionando condições efetivas para que ocorram as relações entre diferentes grupos. É nesse espaço que o aprendizado e a socialização se efetiva para a formação construtiva de cidadãos e cidadãs. E o envolvimento da comunidade escolar nesse processo se constitui como referência impactante na promoção de uma sociedade igualitária e democrática.

Nesse cenário positivo de uma escola que se permite construir a plenitude da cidadania, a educação patrimonial é a própria prática social e favorece à comunidade escolar, principalmente aos estudantes, experienciar costumes e culturas entre diferentes grupos. Para tanto, é necessária criar um ambiente favorável que permita o acesso ao conhecimento para significar e ressignificar o patrimônio cultural enquanto prática social. (FIGUEIRA & GOIA, 2012).

Figueira e Goia, nos advertem ainda que “O ensino de História cumpre especial papel na discussão, na realização de atividades e na proposição de projetos voltados para a educação patrimonial” (2012, p. 22). Sendo assim, levar a Educação Patrimonial para as aulas de História no ensino básico torna-se uma proposição desafiadora e necessária para fomentar a qualidade educacional no espaço escolar e no seu entorno.

Dessa forma, reconhecer a necessidade de abordagens outras que permitam melhorar as aulas de História é um passo importante para avançar na busca e construção de ações pedagógicas que viabilizem trabalhar conceitos e noções significativas de valorização das culturas das sociedades. E quando a interdisciplinaridade ocorre no espaço escolar as intenções nas ações pedagógicas se tornam mais complexas e efetivas.

Considerando o exposto acima, este artigo relata uma experiência profissional da minha atuação como docente do componente curricular História na U.E.B. São Raimundo, do bairro do São Raimundo em São Luís-MA, que iniciou com a proposta de atividade prática da disciplina Educação Patrimonial do programa ProfHistória, da turma de 2023, do qual sou discente, e continuou com a Mostra Cultural da própria escola que atuo.

Para a proposta inicial organizou-se uma sequência didática com a montagem de um minicurso e uma exposição que contemplasse um pouco dos meus registros da visita ao Centro Histórico de modo que os alunos e as alunas de algumas turmas pudessem conhecer sobre os patrimônios culturais de São Luís. Também foram construídos e

entregues aos estudantes fichas de verificação de conhecimentos prévios e dos conhecimentos construídos, este último após a apresentação e exposição sobre o patrimônio cultural.

Ademais, a sequência pedagógica ocorreu concomitante à Mostra Cultural – Tambor de Culturas com a integração de professores de outros componentes curriculares. A interação entre esta atividade e a sequência didática *SÃO LUÍS-MA: Patrimônio cultural – material e imaterial* – propiciou aos estudantes conhecer, reconhecer e vivenciar a diversidade das manifestações culturais da cidade de São Luís-Ma.

1. Visitação ao Centro Histórico de São Luís-Ma: atividade da disciplina Educação Patrimonial/ProfHistória-2023.

No primeiro semestre de 2023, a turma ProfHistória/2023 da disciplina Educação Patrimonial, ministrada pela prof.^a Dr^a Júlia Constança, realizou uma visita ao Centro Histórico de São Luís-MA como parte do programa da disciplina, que visava despertar em nós docentes de ensino básico a importância de conhecer e colocar em prática a Educação Patrimonial no nosso campo de atuação: a escola.

Registramos, por meio de fotografias e anotações, a diversidade patrimonial material e imaterial existente no Centro Histórico Ludovicense, visitando museus e ouvindo e compartilhando diversas informações sobre nossa riqueza patrimonial.

O intuito desta atividade de visita era que nós, discentes do mestrado profissional, ao registrar o que víamos e ouvíamos, construíssemos uma atividade prática de Educação Patrimonial para levar até os nossos alunos e nossas alunas os registros do patrimônio observado.

Durante todo o percurso da visita muitas ideias foram sugeridas como, por exemplo, trazer os estudantes para o campo de análise como forma de aproximar mais diretamente a escola do patrimônio a ser observado. Entretanto, como docentes de escolas públicas sabemos das dificuldades de conseguir realizar atividades práticas que requerem deslocamento dos estudantes até o local, pois a necessidade de transporte e toda a logística para esse deslocamento e acompanhamento depende de um suporte que muitas vezes não é proporcionado pela rede pública de ensino.

Todavia, a disciplina de Educação Patrimonial despertou um leque de possibilidades para que pudéssemos construir diferentes práticas pedagógicas no espaço

escolar, diversificando nas aulas e estimulando o interesse dos estudantes pela história que os cercam e que eles fazem parte.

Certamente, todo o rol de aprendizado experimentado na Disciplina Educação Patrimonial através de diversos textos, vídeos e a visitação em questão nos levou a refletir de forma mais crítica a pouca abordagem ou mesmo a ausência dessa temática dentro do componente curricular História no ensino básico, pois

Dentre os principais riscos e vulnerabilidades que podem se abater sobre os bens culturais é possível mencionar o esquecimento, a não continuidade da prática, a decomposição do conjunto ao qual pertence, a descaracterização causada pela ação de tanto espontânea como intencional, usos não apropriados, vandalismos, roubos, além da ação abrasiva impingida pelo sol, chuva e vento e demais fenômenos naturais. (FOCHI, 2020, p. 62)

Por isso, o conhecimento e a aprimoração deste dever ser sempre uma ferramenta importante para os docentes na busca de ações pedagógicas que propicie um ambiente fértil de ensino e aprendizado a fim de dirimir os riscos do distanciamento dos laços de afetividade que devem ser estimulados no contexto da educação patrimonial com o lugar em que os estudantes vivem.

2. Construção da atividade prática sobre Educação Patrimonial na U.E.B. São Raimundo

A Unidade de Ensino Básico São Raimundo fica localizada no bairro São Raimundo, na zona rural do município de São Luís – Maranhão, numa área periférica. Estruturalmente, é uma escola com mais de 15 salas para estudantes, além da sala da direção, sala de professores, sala da coordenação, dispensa de materiais escolares, refeitório, biblioteca, pátio e outros espaços. Atende o ensino fundamental 1 e 2, com cerca de 600 estudantes divididos nos turnos matutino, vespertino e noturno.

Especificamente o turno vespertino atende o fundamental 1, com adolescentes entre 11 até 16 anos de idade, num total de aproximadamente 450 estudantes. Justamente neste turno, que no 1º semestre do ano de 2023, atuando como professora de História nas séries do 7º e 8º, realizei a atividade prática sobre Educação Patrimonial.

Concomitante a esta atividade, também estava envolvida no projeto de Mostra Cultural da escola e a abordagem era as manifestações culturais no Maranhão, ocorrendo

no mês de junho. A atividade prática de Educação Patrimonial tornou-se um grande aliado para o desenvolvimento da mostra cultural, pois o esclarecimento das noções de cultura, identidade e patrimônio proporcionou uma base de aprendizado necessário para reconhecer, valorizar e respeitar os patrimônios culturais como prática social da qual fazem parte.

Dessa maneira, como apontam os PCNs – Parâmetros Nacionais Curriculares de 1998,

(...) A constituição do Patrimônio Cultural e sua importância para a formação de uma memória social e nacional sem exclusões e discriminações é uma abordagem necessária a ser realizada com os educandos, situando-os nos “lugares de memória” construídos pela sociedade e pelos poderes constituídos, que estabelecem o que deve ser preservado e lembrado e o que deve ser silenciado e “esquecido”. (...) introduzir na sala de aula o debate sobre o significado de festas e monumentos comemorativos, de museus, arquivos e áreas preservadas, permeia a compreensão do papel da memória na vida da população, dos vínculos que cada geração estabelece com outras gerações, das raízes culturais e históricas que caracterizam a sociedade humana. Retirar os alunos da sala de aula e proporcionar-lhes o contato ativo e crítico com as ruas, praças, edifícios públicos e monumentos constitui excelente oportunidade para o desenvolvimento de uma aprendizagem significativa. (BRASIL, 1998, p. 26)

Ou seja, o conhecimento pode contribuir para o desenvolvimento do reconhecimento e com isso a ideia de pertencimento torna-se fortalecida à medida que se compreende a educação patrimonial enquanto prática social.

2.1. Sequência didática SÃO LUÍS-MA: Patrimônio cultural – material e imaterial para a execução da atividade em sala de aula

Após a conclusão das observações e registros escritos e fotográficos da visita ao Centro Histórico de São Luís deu-se início à construção da ação didática para ser realizada em sala de aula no componente curricular História.

O processo de construção deveria ser pensado em algo viável de ser aplicado para que depois os resultados da operação didática fossem registrados, avaliados e apresentados na disciplina de Educação Patrimonial do mestrado profissional para apreciação da professora Júlia Constança. Sendo assim, foi possível pensar na organização de uma sequência didática que contemplasse a educação patrimonial a partir dos registros da visita que realizei ao Centro Histórico.

A sequência didática foi constituída de 4 etapas e abrangeu as turmas do 6º, 7º e 8º anos, num total de 245 alunos e alunas.

Para a sequência didática as 4 etapas foram as seguintes:

- Apresentação da atividade sobre Educação Patrimonial e aplicação da ficha de verificação de conhecimentos prévios (Ficha 1).
- Minicurso *SÃO LUÍS-MA: Patrimônio cultural – material e imaterial*, com apresentação de conceitos de patrimônio, patrimônio cultural, patrimônios material e imaterial, identidades individual e coletiva, pertencimento e diversidade.
- Exposição *SÃO LUÍS-MA: Patrimônio cultural – material e imaterial*, com mostras de cartazes com imagens e escritos, interatividade, maquete, música, mapa, figura representativa do bumba-meu-boi e objetos de danças folclóricas.
- Aplicação da ficha de verificação – construindo conhecimentos (Ficha 2), para avaliar o aprendizado construído durante todo o processo da sequência didática como forma de conhecer a compreensão do alunado e aprimorar futuras ações didáticas do mesmo tema.

Para a execução da sequência as turmas foram atendidas uma por vez com um total de 32 alunos em média por grupo, tanto em sala de aula quanto na biblioteca, durante 2 dias no turno vespertino.

2.2. Da execução da sequência didática sobre Patrimônio Cultural – Material e Imaterial

Na primeira etapa da sequência didática apresentei a atividade, destacando a relevância desta ação pedagógica como uma diversificação nas aulas de História e que outros docentes estavam em cooperação com a efetivação desta atividade.

Em seguida foram entregues as fichas de verificação de conhecimentos prévios (Ficha 1) e os estudantes foram convocados para responder o questionário. O intuito da aplicação da ficha era verificar o conhecimento dos estudantes acerca de patrimônio cultural.

Ficha 1: ficha de verificação dos conhecimentos prévios

UEB SÃO RAIMUNDO PROF ^a Jany KMC/História DATA: __/06/2023	
Ficha 1: O que você sabe?	
MINI-OFFICINA	
SÃO LUÍS-MA: PATRIMÔNIO CULTURAL - MATERIAL E IMATERIAL	
ESTUDANTE:	TURMA:
PERGUNTAS	RESPOSTAS
1. Escreva uma palavra associada a Patrimônio Cultural?	
2. Conhece o Centro Histórico de São Luís? Se sim, o que?	
3. Conhece alguma manifestação cultural de São Luís? Se sim, quais?	
4. Conhece alguma comida típica de São Luís? Se sim, quais?	
5. Gosta das danças e brincadeiras juninas? Porque?	
6. Considera o São João como uma cultura importante para as pessoas de São Luís? Porque?	

Fonte: Autoria própria.

Através dessa ficha (Ficha 1) obtive um pouco da percepção dos estudantes em relação ao conhecimento sobre o patrimônio cultural. Dessa forma, observei que a maioria não sabia o que era patrimônio cultural, uma vez que entre eles expressaram estranhamento às perguntas e alguns se quer conseguiram colocar uma palavra que pudesse ser associada ao conceito de Patrimônio Cultural.

Também foi possível observar que a maioria diz conhecer o Centro Histórico, mas alguns poucos estudantes apontaram os casarões antigos como algo que conheciam e uma pequena parcela dos alunos desconhecia ou não gostavam das culturas materiais e imateriais.

Quanto a pergunta 6 sobre o São João, enquanto cultura importante, alguns disseram considerar a sua importância, mas a maioria não sabe porquê. Os que disseram a motivação, consideraram que é divertido e que é parte da cultura da nossa sociedade.

Mesmo não expondo quantitativos mais específicos, ao trazer esses dados, ainda que simplificado, destaco a relevância em se trabalhar com fichas de verificação de conhecimentos prévios para compreender as noções preliminares dos estudantes e assim poder contemplar mais assertivamente situações didáticas que levem a construção mais plena do aprendizado objetivado.

Para a realização do minicurso com o título *SÃO LUÍS-MA: Patrimônio cultural – material e imaterial* foram utilizados dois dias com as turmas do 6º, 7º e 8º anos. Essa atividade aconteceu na sala de aula com uso do recurso Datashow e também no espaço da biblioteca com o uso de cartazes.

O intuito do minicurso era explicar noções de patrimônio cultural, as características e especificidades para que o passo seguinte, a exposição, pudesse ser melhor compreendido pelos estudantes. No minicurso foi possível apresentar os conceitos de Patrimônios Material e Imaterial além de mostrar através de vídeos diferentes patrimônios de São Luís: dança do cacuriá, dança do coco, bumba meu boi, comidas típicas, indumentárias, casarões, ruas, becos, músicas e outros. Durante essa atividade alguns estudantes comentaram que achavam que patrimônio de São Luís era apenas o que ouviam chamar de Reviver, referência ao projeto de 1987 de restauração revitalização que assim renomeou popularmente uma parte da região do Centro Histórico ludovicense.

Sendo assim, os estudantes tiveram a oportunidade de compreender que há uma diversidade no patrimônio cultural de São Luís e a importância de conhecer para valorizar o que, de geração em geração, se torna comum a um determinado grupo social.

Com a conclusão do minicurso os estudantes foram convidados a visitar a exposição com o título *SÃO LUÍS-MA: Patrimônio cultural – material e imaterial*. A exposição foi exposta na biblioteca da escola a com permissão da direção e apoio pedagógico e integrou à disciplina História professoras dos componentes curriculares de Educação Física e Artes como suporte para organizar a sala.

Na sala da exposição foram colocados cartazes com diversas imagens e textos que remetiam à diversidade cultural de São Luís, uma pequena maquete representando algumas ruas e festividades do Centro Histórico, a figura de uma bumba-meu-boi, um mapa turístico de São Luís, cartazes interativos com imagens dos casarões por dentro e alguns objetos (roupas, tambores, acessórios, etc) usados em danças do côco e cacuriá. Durante a exposição tocava ao fundo músicas de tambor de crioula do Mestre Leonardo, reggae e tambor de crioula.

Os estudantes puderam passear pela exposição apreciando, observando, reconhecendo a cultura e construindo novos conhecimentos. E nesse caso observa-se que

A metodologia da Educação Patrimonial pode levar os professores a utilizarem os objetos culturais na sala de aula ou nos próprios locais onde são encontrados, como peças “chave” no desenvolvimento dos currículos e não simplesmente como mera “ilustração” das aulas. (MUSEU IMPERIAL / DEPRON - IPHAN – MIN, Guia da Educação Patrimonial)

Ao final da exposição foram entregues fichas de verificação, neste caso a ficha 2 – construindo conhecimento, para avaliar o que observaram e entenderam a partir de toda a atividade realizada nesses dois dias.

Ficha 2: ficha de verificação – construindo conhecimento

UEB SÃO RAIMUNDO PROF ^a Jany KMC/História DATA: __/06/2023	
Ficha 2: Construindo conhecimento	
MINI-OFICINA	
SÃO LUÍS-MA: PATRIMÔNIO CULTURAL - MATERIAL E IMATERIAL	
ESTUDANTE:	TURMA:
PERGUNTAS	RESPOSTAS
1. O que mais chamou atenção na exposição?	
2. Dê exemplos de cultural MATERIAL de São Luís?	
3. Dê exemplos de cultural IMATERIAL de São Luís ?	
4. Pense e escreva uma comida típica ludovicense e descreva seus ingredientes?	
5. Em São Luís, as manifestações culturais expressadas no São João, no mês de junho, são próprias somente dessa época do ano? Porque?	
6. É importante preservar o nosso patrimônio cultural? Porque?	
7. Qual é a importância de um patrimônio cultural para a sociedade?	

Fonte: Autoria própria.

Com isso, foi possível verificar as relações e conexões que os estudantes conseguiram estabelecer com a cultural, a identidade e pertencimento de patrimônio cultural.

2.3. Mostra cultural - tambor de culturas (28/06/23)

Como dito anteriormente, concomitante à atividade sobre Educação Patrimonial, a escola estava engajada em um projeto de *Mostra Cultural – tambor de culturas* que envolveu todos os docentes de diferentes componentes curriculares e os estudantes. Contudo, a sequência didática sobre patrimônio cultural antecedeu o dia da Mostra Cultural.

Os professores de história, ciências, filosofia, artes, ensino religioso, matemática, português, educação física e geografia organizaram suas turmas e junto aos estudantes realizaram uma mostra cultural significativa que já há tempos se fazia urgente e necessária.

Incentivados e mobilizados pelos docentes os estudantes foram bastante criativos e demonstraram interesse coletivo na confecção de cartazes e maquetes, pesquisas, apresentação de danças e peças teatrais, jograis e criação de dinâmicas para atender o público proveniente da comunidade do entorno da escola. Alguns responsáveis se fizeram presentes para apreciar as produções dos alunos e alunas.

Nas danças folclóricas – dança do Cacuriá, quadrilha, dança do coco - apresentadas pelos próprios estudantes, certamente houveram muitas barreiras de preconceitos quebradas e assim, toda a comunidade escolar presente pôde ver e ouvir um pouco da diversidade cultural do estado do Maranhão.

A integração entre os professores dos mais diferentes componentes curriculares foi essencial para que a mostra tivesse sucesso e, conseqüentemente, propiciasse um ambiente favorável para desenvolver na escola propostas interdisciplinares e ações pedagógicas mais efetivas.

Dos muitos alcances que se pretendia mostrar com essa atividade de sequência didática voltada para a construção de Educação Patrimonial é que todas as manifestações culturais expressadas no mês junino em São Luís na verdade são celebradas, admiradas, vivenciadas, brincadas o tempo todo em nossa cidade. São patrimônios culturais materiais e imateriais que estão em toda parte e o ano todo: no Centro Histórico, bairros, nos festejos, nas comidas, nos saberes, no folclore, nas brincadeiras, etc.

3. Dos resultados da interação da atividade proposta na disciplina de Educação Patrimonial/ProfHistória 2023 com a Mostra Cultural da escola.

De fato, a interação entre as atividades propiciou possibilidades para melhor trabalhar educação patrimonial incentivando o interesse dos alunos ao pertencimento cultural.

Com as fichas de conhecimentos construídos, percebeu-se que houve interesse dos alunos pela diversidade cultural e apropriação de informações que desconheciam ou pouco sabiam.

A participação foi ativa e de certa maneira percebeu-se o reconhecimento da importância do que estavam desenvolvendo na escola. A atividade de proposição da disciplina de Educação Patrimonial do programa Profhistória/2023 foi enriquecedora, integrando conhecimento e construção de noções culturais da nossa cidade.

Pôde-se captar, através das fichas de conhecimentos prévios, que os alunos desconheciam espaços e manifestações culturais de São Luís por motivos diversos: alguns sinalizaram que faziam parte de igrejas evangélicas e os pais não deixavam participar de eventos culturais folclóricos e outros assentiram o desconhecimento (o que levava a não querer conhecer, valorizar e também ao preconceito). Obtive respostas interessantes do que alunos e alunas pensam sobre educação patrimonial, bem como a ideia de pertencimento que eles têm com a cultura da cidade deles

Eu, como professora de História das turmas de 7º e 8º anos, me senti desafiada a buscar e criar recursos pedagógicos, trazendo um assunto tão pertinente ao momento de forma que os alunos e as alunas se interessassem e entendessem a importância de conhecer sobre as culturas da cidade. Assim, a sequência didática que me propus a realizar criou condições favoráveis para que o envolvimento dos estudantes com a Mostra Cultural da escola ocorresse de forma mais fluida a partir da Educação Patrimonial.

Todavia, a Mostra Cultural também se constituiu como uma prática social da Educação patrimonial bastante significativa e que a integração entre os professores dos mais diferentes componentes curriculares foi essencial para que o resultado fosse positivo e relevante para proporcionar a qualidade educacional.

Considerações finais

A abordagem de Educação Patrimonial foi realizada na escola U.E.B São Raimundo, localizada na zona rural de São Luís-MA, com o intuito de promover a construção do conceito de Patrimônio Cultural enquanto prática social, envolvendo a comunidade escolar para a compreensão da importância de conhecer para valorizar e preservar a cultura que os cercam.

Ao meu ver foi satisfatório a aplicação da sequência didática sobre patrimônio cultural e as aulas de História foram diversificadas, propiciando aos estudantes construir conhecimento através do que ouviam, viam e registravam nas fichas de verificação.

A interação entre a sequência didática proposta pelo programa de mestrado profissional e a Mostra Cultural da escola estabeleceu conexões de engajamento interdisciplinar e estímulo para outras atividades futuras que propiciem qualidade educacional.

Dessa forma, defende-se a necessidade do ensino de Educação Patrimonial aos estudantes de ensino básico da zona rural de São Luís incentivando o interesse dos alunos ao pertencimento cultural local através do conhecimento para reconhecer e preservar a cultura histórica de sua cidade.

Referências

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: história** / Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC / SEF, 1998. 108 p.

FIGUEIRA, Cristina Aparecida Reis. GIOIA, LÍlian de CÁssia Miranda de. **Educação patrimonial no ensino de história nos anos finais do ensino fundamental: Conceitos e práticas**. São Paulo: Edições SM, 2012. Acesso: 15 de nov de 2023.

FOCHI, Graciela Márcia. **Metodologia do ensino de história**/ Graciela Márcia Fochi. Indaial : UNIASSELVI, 2015. 184 p.: il.

IPHAN. **Guia Básico de Educação Patrimonial**. In: http://portal.iphan.gov.br/uploads/temp/guia_educacao_patrimonial.pdf.pdf. Acesso: 15 de nov de 2023.

Capítulo 5
IMPrensa JUIZ-FORANA, SILENCIAMENTO E CULTURA
NEGRA: MARCAS DO HIP-HOP
Jéssica Mendes

IMPrensa JUIZ-FORANA, SILENCIAMENTO E CULTURA NEGRA

MARCAS DO HIP-HOP

Jéssica Mendes

Pesquisadora e mestranda em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora

E-mail: jessicamendeshist@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Juiz de Fora, uma das maiores cidades da Zona da Mata mineira, é uma cidade de raízes negras, em função de grande habitação dessa presença e da participação da população preta na construção material e imaterial da região. De acordo com a historiadora Hebe Mattos, a cidade recebe uma considerável imigração advinda da última grande leva de indivíduos que vieram do Continente Africano escravizados para o Brasil, e, como apontado pela historiadora Giovana Castro, se pararmos para observar pelas ruas, Juiz de Fora é um lugar fenotipicamente preto.

A emancipação da cidade ocorreu em 1850 e a população regional era, de acordo com o censo de 1853, de 9.033 livres e 13.037 cativos. A cidade foi, majoritariamente, fundada por mão de obra negra e possuía, em sua origem, uma população de cor maior que a população branca. Então, por qual razão não se pontua, a fundo, dentro das instituições de ensino e na imprensa, sobre história local e sobre a presença dessa população negra na região?

Conhecida, ainda nos dias atuais, como “Manchester Mineira”, graças a época em que foi uma das pioneiras no desenvolvimento industrial, entre o final do século XIX e início do século XX, Juiz de Fora foi reconhecida como um dos municípios mais importantes do estado de Minas Gerais. Mas isso coloca em evidência uma questão: a de que a cidade sofre de um histórico silenciamento acerca da população preta e de seu papel em fundar parte considerável do que podemos observar hoje.

A abolição da escravatura, em 13 de maio de 1888, com a Lei Áurea, é um marco de

“liberdade” que joga para as margens da sociedade uma população liberta que não possuía nada além de si mesma, pois tudo que havia sido obrigada a construir fora para os brancos.

O mito e a construção de narrativas voltadas à presença predominante de imigrantes italianos e alemães é uma das estruturas mais presentes na memória da população local, e é tão sólida que o senso comum não consegue traçar conectivos suficientes para identificar a grande presença e importância da população preta nesse processo. Configurou-se no imaginário algo tão bem construído e enraizado a ponto de serem difíceis e complexos os mecanismos que possibilitem a desconstrução desse modelo das memórias sob controle.

O objetivo aqui é pensar um pouco sobre como a imprensa utilizou suas ferramentas e narrativas para colaborar com a cristalização desse molde, mas também compreender de que forma a presença negra foi chegando, de forma gradativa, às pautas da imprensa local.

2. IMPRENSA HEGEMÔNICA E IMPRENSA ALTERNATIVA

Começamos, então, com a seguinte informação: o jornal em questão teve sua primeira edição impressa em 1981; e o site, que é o objeto principal deste trabalho, foi criado entre os anos de 1997 e 1998. Os registros mais antigos que puderam ser mapeados e trazem questões relacionadas à presença negra, porém, só constam como abordagens, disponíveis atualmente, no modo online, no ano de 2011, pouco depois da criação do Estatuto de Igualdade Racial, de 2010, desenvolvido 122 anos após a Lei Áurea, e colocado em vigência durante o governo Lula. O fato de as notícias começarem a aparecer somente depois desta data e destacando apenas temáticas sobre o mês de Consciência Negra evidencia, dentro do site, uma forma de silenciamento de uma população que foi responsável pela fundação estrutural da região e teve sua presença e importância consideravelmente apagadas, de modo não acidental.

Como veremos, a partir de 2015, as notícias sobre a população preta se mostram crescentes. Neste período, há um aspecto importante a ser mencionado: a transformação do Conselho Municipal para a Promoção da Igualdade Racial – o COMPIR. E também o Fundo Municipal para Promoção da Igualdade Racial – FUMPIR; sancionados pela Lei 13.109/2015, de 5 de março de 2015. Ambos projetos surgem como consequência do Conselho de Valorização da População Negra em Juiz de Fora, fundado em 19 de maio de

2000; referente à Lei Nº 9.796, revalidada pela Lei 13.109/2015.

Quando analisamos o cenário de omissão e as reações causadas pelo mesmo, fica claro que os movimentos culturais, como o do Hip-Hop, que é um tema abordado nesta obra, são ênfases no início de uma mudança dentro da narrativa na imprensa juiz-forana, já no século XXI. É evidente que, a partir de certo momento, que será também apresentado mais à frente, a movimentação cultural periférica dentro da cidade passa a ganhar maior destaque e, portanto, se torna bem mais complexo conter esses movimentos e as discussões sobre os mesmos. A onda de extrema direita que se espalhou pelo Brasil nos últimos anos foi responsável por provocar uma reação ainda mais forte da população preta e periférica em relação às suas ações sociais e culturais.

Destaco também que, atualmente, as redes sociais são um veículo bastante potente que funciona como forma de difusão rápida de informações, tangendo grandes e consideráveis alcances. A ampliação do acesso à informação, o uso frequente das redes sociais e a denúncia ao racismo impulsionaram a imprensa na absorção dessas pautas relacionadas aos movimentos culturais aqui mencionados. Portanto, como apontado, analisaremos o modo como começa a se estruturar esse desenvolvimento dentro do site do Tribuna de Minas.

É importante frisar que, embora a imprensa “oficial” tenha, durante muito tempo, se furtado a pautar a presença negra na cidade, veículos auto organizados assumiram esse papel. É indispensável citar aqui ao menos dois exemplos de mídias alternativas e periféricas que se organizaram e se tornaram de grande importância para a cultura e representação da comunidade preta na cidade de Juiz de Fora. Sendo eles: o movimento comunitário Unibairros e a Rádio MEGA FM.

O movimento Unibairros, criado em 1980, período que marca o começo de uma redemocratização vivida pela sociedade brasileira, que enfrentou o golpe militar de 1964, surge com o intuito de fazer um jornalismo alternativo; trazendo resistência e críticas sociais. Uma das questões principais do jornal eram as reivindicações que as comunidades envolvidas procuravam levar à prefeitura da cidade de Juiz de Fora. Apesar de não surgir com a coluna relacionada à pauta racial inclusa, o jornal percebe a necessidade de pautar questões relacionadas à comunidade preta, principalmente por conta da observação e vivência de membros do jornal que estavam inseridos nessa comunidade. A chamada “Coluna do Negro” visava denunciar o racismo. Difundindo tirinhas, poesias e outras manifestações com cunho crítico. A coluna é de uma importância muito grande, pois, além

de trazer conscientização, marcou a história dessa luta.

Já a rádio MEGA FM, surge no mesmo ano em que começa a se desenvolver o site do jornal Tribuna de Minas, em 1997. A rádio, sediada no bairro periférico Santa Cândida, nasceu com o intuito de representar as vozes e os sentimentos da periferia, pois os cidadãos não se sentiam representados pela mídia estabelecida como padrão da cidade. A MEGA FM foi uma organização de vários indivíduos e gostos diferentes, criando assim uma série de programas, uma grande variedade cultural e também informativa. A rádio, porém, foi fechada pela Anatel, no ano de 2007. Foram cerca de 10 anos de resistência que nasceram como consequência de outras lutas antecedentes e que deixaram uma herança que perdura até os dias atuais: o Coletivo Vozes da Rua. Criado no ano de 2013, o Vozes da Rua, um dos primeiros coletivos da região, é responsável por várias ações e eventos dentro da cidade de Juiz de Fora, e nasceu como herdeiro direto da MEGA FM, com o mesmo objetivo de impulsionar a voz da periferia e manter vivo o sonho de espalhar arte, cultura, educação e informação.

Quando nos debruçamos nesse contexto de surgimento de formas alternativas de jornal, rádio e outros meios comunicativos, fica claro que há um grande problema nas narrativas da imprensa tradicional, pois os meios alternativos surgem, majoritariamente, com o intuito de representar exatamente o que não está sendo abordado dentro dos meios hegemônicos de comunicação. Logo, não é difícil observar a forma como é explícita a exclusão das pessoas pobres, pretas e periféricas dos veículos que se encarregam de incorporar as narrativas da cidade.

É fato que a construção da memória coletiva na sociedade brasileira passou e passa ainda por um processo de silenciamento em relação às camadas negras e pobres. O Brasil é um país de valores extremamente racistas e oculta suas próprias raízes. Valores esses, responsáveis pelo genocídio negro, pela repressão e pela miséria das classes menos favorecidas.

3. O ACERVO DIGITAL - TRIBUNA DE MINAS

Considerado um dos maiores e mais importantes jornais de Juiz de Fora, o Tribuna de Minas nasce em 1º de setembro de 1981. Com circulação diária, o jornal possui uma tiragem que gira em torno de 5 mil exemplares. Fundado com a promessa editorial de levar à *toda* população juiz-forana informações diversas, deixou de incluir parte dessa

mesma população ao ausentar de suas reportagens, durante anos, a pauta racial e suas amplas questões.

Partindo para a análise do site do jornal, podemos observar a forma como, com o passar do tempo e com os acontecimentos que foram ocorrendo na cidade, transformaram-se também as narrativas. A primeira etapa do trabalho foi feita a partir da busca das reportagens no site do Tribuna de Minas; através da pesquisa com palavras chaves relacionadas à presença preta na cidade. Etapa seguida de avaliação de cada uma das mais de 400 reportagens que continham os temas procurados, fazendo uma seleção das que se encaixam diretamente com a população preta e seus movimentos culturais. Defini como prisma de minha pesquisa também os aspectos culturais porque, através dos mesmos, é possível estabelecer uma inter-relação e observar a forma como as reportagens do acervo digital se organizam a partir da existência, construção e expansão dos eventos que se articulam dentro da cidade.

Novamente, é importante tomarmos nota de que as matérias mais antigas encontradas no site, como dito anteriormente, são datadas de 2011. Ou seja, se, em algum momento, houve outras reportagens, mais antigas, relacionadas ao tema, as mesmas não se encontram mais presentes/disponíveis. Assim, o recorte temporal inicial data de 2011, já que este foi o princípio do mapeamento destas menções à população preta.

Pensando as abordagens de 2011, se abrem algumas questões que tornam claro o *começo* de uma discussão sobre as dificuldades e preconceitos enfrentados por essa população preta. As matérias passaram a, de certa forma, buscar retratar parte da realidade do negro. Entretanto, por que somente neste momento, se esta camada da sociedade sempre sofreu diversas formas de opressão e segregação?

A lei nº 12.288/2010, do Estatuto da Igualdade Racial, sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 2010, visa o combate à discriminação racial e ao preconceito, e foi desenvolvida com o objetivo de trazer mais equidade ao país. Um marco, de fato, importante e necessário para a história da República brasileira.

A questão problemática central, neste caso, é a “preocupação” com o negro apenas após a declaração de um estatuto que torna obrigatória a inclusão, e demonstrar essa “preocupação” apenas no mês de novembro. As menções de 2011-2015, no site, abordam, majoritariamente, as questões que falam sobre desigualdade e racismo, deixando de lado, em grande parte das notícias, aspectos culturais, religiosos e etc.

Torna-se, então, evidente que as maiores preocupações se limitaram a cobrir

temas como o mês da Consciência Negra, sendo o feriado nacional do mês no dia 20 de novembro; data de falecimento do líder negro Zumbi dos Palmares. O feriado é um marco importante que, entretanto, é só uma parte da história da população preta. O negro não existe somente no mês de novembro e não pode ser ignorado no restante dos dias do ano. Ainda assim, em uma análise geral, “Consciência Negra” é um dos temas mais publicados no site do jornal. São, no total, de 2011 até o ano de 2020, 143 menções ao tema dentro do acervo digital; um dado que chama bastante atenção, se comparado ao número dos demais temas, sendo “Movimento Negro” o segundo mais abordado, com 97 menções, seguido pelo terceiro maior mencionado, “genocídio negro”, com 23 menções.

Em 2011, de todas as 8 matérias publicadas relacionadas à população negra que consegui localizar em minha pesquisa e que se encontram presentes no site, pelo menos mais da metade se referem apenas a este único tema, “Consciência Negra”. Embora as contidas nesta porcentagem mencionem também cultura e educação, estão limitadas à essa abordagem e a encaixar estes outros assuntos dentro da mesma. Esse “encaixe” é a citação de movimentos relacionados à cultura preta que, majoritariamente, estão inseridos dentro de eventos e matérias publicadas que tratam do tema.

Abaixo, é possível ter um olhar mais ampliado sobre a questão, com o auxílio de tabelas elaboradas para evidenciar a quantidade de vezes e os temas em que as abordagens das questões raciais puderam ser localizadas, para que esse registro seja mais palpável. Ressalto que as lacunas tituladas “Consciência Negra” muitas vezes englobam variados aspectos da cultura dessa mesma população. Entretanto, como já evidenciado, há essa limitação de inserir essas menções e apresentações no acervo apenas no momento de celebração do mês da Consciência Negra.

Temas - 2011	Número de vezes em que aparecem
Consciência Negra	7
Cultura	1

Partindo para 2012, com cerca de, igualmente, 8 matérias, os assuntos que mais aparecem são, novamente, exclusão do negro e Consciência Negra. O mesmo se repete em 2013, que faz o contorno também com 8 matérias.

Temas - 2012	Número de vezes em que aparecem
Cultura	3
Consciência Negra	5

A não inclusão de reportagens que tratam de aspectos culturais dessa população em outros momentos que não são contidos no mês de novembro exalta o modo como essa cultura possui dificuldade de acesso nesses espaços públicos que conduzem os fios das narrativas que são pautadas em maior grau. Como já defendido, mesmo que essa “preocupação” em buscar abordar essa cultura se faça presente no décimo primeiro mês do ano, é também fundamental que o seja nos demais.

2014 antecede e demarca o início de uma transformação que ocorre paulatinamente, no panorama do site, com a quantidade de, aproximadamente, 6 matérias que tratam da população preta. Transformação esta que ocorre, de fato, em 2015, quando nasce o COMPIR; ano em que, finalmente, o jornal aponta um número crescente de narrativas importantes, que começam a perpassar também, em maior proporção, as questões culturais.

Após o ano de 2014, podem ser observados, no acervo, movimentos culturais negros como, por exemplo, expressões afro-religiosas e o Hip-Hop, que se encontram presentes na cidade há décadas e só começam a ser mais abordados pelo site de 2015 em diante. São cerca de 28 reportagens e, neste momento, já é possível perceber certa variedade de assuntos e questões. Entre elas: cultura, raízes afro, a carência de lideranças negras no poder público, desigualdade racial, silenciamento e algumas poucas reportagens sobre arte.

Voltando ao COMPIR (fundado em 2015 na cidade de Juiz de Fora), mencionado no início deste trabalho, de acordo com a Lei 13.109/2015:

“Art. 2º: São objetivos do COMPIR buscar formas de efetivar ações afirmativas, visando a valorização e o reconhecimento da participação histórica das populações afrodescendentes e de outros seguimentos étnicos existentes no Município, reconhecendo-as como agentes sociais de produção de conhecimento, riqueza, estimulando a preservação de suas tradições, como forma de eliminar a discriminação, o racismo e suas manifestações.”

A partir deste artigo, podemos compreender a forma como ações de política pública com esse cunho são de suma importância para impulsionar a difusão dessas

culturas pretas e periféricas dentro da região que habitam.

A criação do COMPIR é uma das razões que justifica o aumento dessa imersão dentro de veículos de comunicação como o que está sendo analisado.

Temas - 2015	Número de vezes em que aparecem
Cultura	4
Menções culturais no mês de novembro	4
Personalidades	1
Discussões sobre racismo (aparecem no mês de novembro)	2
Religiões Afro	1
Consciência Negra	4
Política	6
Pautas políticas no mês de novembro	6

Destaco as inserções feitas no mês de novembro para reafirmar a forma como o jornal, mesmo abordando questões importantes e diferentes dos outros anos, se limitou a pesquisar e narrar os mesmos no mês em que essa cultura preta já possui ênfase.

Temas - 2016	Número de vezes em que aparecem
Cultura	3
Discussões sobre racismo	3
Consciência Negra	5
Discussões no âmbito político	3
Batuque Afro-Brasileiro de Nelson Silva (aparece no mês de novembro)	1
Premiações (aparece no mês de novembro)	1
Cotas raciais	1

Ao nos debruçar sobre as duas primeiras tabelas, de 2011 e 2012, identificamos um pequeno e limitado número que trata das pautas raciais. Enquanto nas duas últimas tabelas, 2015 e 2016, é evidente que o número de abordagens, além de mais numeroso, traz uma diversidade maior de temas, abrindo espaços para fatores outrora não abordados.

A partir de 2017, a face do site do jornal Tribuna de Minas sofre consideráveis alterações, que caminham para um trajeto mais inclusivo. A partir de então, o acervo aqui analisado se demonstra mais atento às questões raciais dentro da cidade de Juiz de Fora. Também começam a ser mencionados em maiores proporções movimentos culturais de

variados estilos, abordagens que não estavam presentes em grande quantidade antes do ano de 2015. O ano de 2017 conta com cerca de 29 matérias que tratam de pautas da população preta e sua presença e movimentação dentro da região. Dentre essas publicações, puderam ser identificadas abordagens sobre premiações na cidade, manifestações antirracistas, entrevistas com personalidades negras, a menção do slam e sua fundação dentro da cidade (veremos melhor sobre essa questão no ponto 3.1), pautas de discussão do próprio Movimento Negro, entre outras.

Temas - 2017	Número de vezes em que aparecem
Cultura	9
Discussões sobre racismo	6
Consciência Negra	4
Política	6
Religiões Afro	1
Premiações	1
Premiações no mês de novembro	2

Nos anos e tabelas que antecedem a de 2015, não há especificação sobre as menções feitas no mês de novembro; e isso ocorre porque, anteriormente, os temas localizados apenas inseriram essas pautas no penúltimo mês do calendário. Tornam-se evidentemente mais frequentes, como demonstrado na tabela de 2017, os números de menções culturais, discussões sobre racismo e a também a discussão sobre essa presença preta dentro do aspecto político.

3.1 O SLAM POÉTICO

Estabelecer uma abordagem que perpassa também a ponte cultural é uma amarra que, ao meu ver, é de suma importância para a estruturação deste trabalho. Sustento este argumento porque a movimentação cultural é um vetor que coloca em movimento a cidade, seus habitantes. Com a lenta inserção dos eventos culturais relacionados à população preta dentro de veículos midiáticos como o site do jornal Tribuna de Minas, começa a ser mais pautada a presença e variação dos mesmos, entre 2015-2017. Estar dentro desses veículos de comunicação, como o jornal Tribuna de Minas, é fundamental para ampliar discussões, colaborações, conhecimento e ações que caminhem com essa cultura que vem se estruturando há tantos anos.

O principal prisma cultural selecionado nessa pesquisa é sobre o movimento de slam dentro da cidade de Juiz de Fora; um movimento criado na cidade em 2017 e que influenciou a criação de vários outros e impulsionou alguns dos já existentes. O slam é um movimento poético da cultura Hip-Hop, criado nos Estados Unidos, na década de 1980. Chega no Brasil no ano de 2008, em São Paulo, introduzido no país por Roberta Estrela D'Alva, ganhando maior proporção em 2011, quando a mesma foi finalista de um campeonato de poesia falada na Copa do Mundo de Poesia Slam, em Paris. É uma batalha de poesia que carrega consigo cunho extremamente crítico à ordem vigente, ordem esta que não representa a periferia e legitima a manutenção das desigualdades.

De 2008 em diante, o movimento de slam foi se espalhando pelo país, tornando, inicialmente, Rio de Janeiro e São Paulo regiões protagonistas. Com a influência dessa movimentação, os slams foram se tornando populares em várias cidades do país; e Juiz de Fora é também uma delas. O slam é um movimento de força e resistência, que busca levar a voz da periferia ao mais alto alcance, denunciando a realidade vivida por uma população marginalizada que sofre inúmeras dificuldades em seu cotidiano. É a manifestação das verdadeiras armas periféricas: a arte e o domínio sobre o conhecimento, mesmo com ambos os acessos sendo negados à favela, a articulação da periferia ultrapassa os limites estabelecidos pela cultura eurocentrista e racista.

Através da análise do movimento de slam em Juiz de Fora, desde 2017, é possível perceber como vários campos da sociedade local foram atravessados por esse manifesto cultural e o modo como o mesmo foi também uma forte e importante influência para movimentar a cena cultural da região em grandes proporções. Consequentemente, torna-se existente uma pressão à imprensa, que já não conseguiria mais manter tão firme sua estrutura furtando-se de incluir pautas como essa dentro de suas notícias.

Todavia, ainda que hoje esta temática seja abordada na imprensa, não basta apenas mencionar as dificuldades e os movimentos de cultura sem buscar um aprofundamento nos mesmos temas e garantir a manutenção dessas pautas dentro do acervo do jornal, dos jornais. Para essa construção, existem vários caminhos: entrevistas frequentes com artistas locais, divulgação de eventos durante todo o ano, construir críticas e discussões bem fundamentadas ao racismo, promover oficinas, entre outras múltiplas possibilidades de inclusão.

4. O ACERVO DIGITAL E AS NOVAS CONFIGURAÇÕES

2019 e 2020 passam a possuir alguns dos maiores números de reportagens que tratam da temática preta. Os anos tem, respectivamente, 23 e 37 matérias; 2020 ocupa o ano de maior abarcamento das pautas em questão. A partir de então, já é possível observar uma considerável pluralidade nas abordagens. As mesmas falam sobre as questões mencionadas nos anos anteriores e também trazem novas perspectivas, como, por exemplo, a de pesquisadoras negras da cidade.

Temas - 2019	Número de vezes em que aparecem
Cultura	7
Discussões sobre racismo	4
Consciência Negra	6
Religiões Afro	2
Premiações	3
Personalidades	1

Temas – 2020	Número de vezes em que aparecem
Cultura	8
Menções culturais no mês de novembro	2
Discussões sobre racismo	5
Discussões sobre racismo, no mês de novembro	5
Consciência Negra	3
Política	1
Menções políticas no mês de novembro	1
Religiões Afro	2
Fraude em cotas raciais (UFJF)	2
Pesquisadoras negras	4
Personalidades	4

Dimensionar essas abordagens dentro de um jornal afamado como o Tribuna de Minas é importante para pensar a forma como ocorre essa inserção dentro de veículos de informação como o acervo digital que é o elemento de análise do presente projeto. Ao nos debruçarmos sobre essas tabelas, é possível constatar que o número de notícias e sua variação vem se tornando maiores, como já tratado. Entretanto, é ainda algo a se discutir a forma como “Consciência Negra” permanece sendo um dos maiores momentos de menção dessa comunidade preta na cidade. Agregar notícias, como por exemplo, as de

pesquisadoras pretas dentro da região é de grande riqueza para o caráter informativo e para o abastecimento da história preta dentro da comunicação.

Anos	Número de matérias relacionadas à população preta
2011	8
2012	8
2013	8
2014	6
2015	28
2016	17
2017	29
2018	19
2019	23
2020	37

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em nossa contemporaneidade, já com a questão de narrativas mais inclusivas, o caminhar passa a ser a revogação pela permanência e o crescimento de abordagens dessa temática também dentro das ferramentas hegemônicas de imprensa. O papel da mídia deve ser informativo, e defendo que não há como levar informações completas sem evidenciar a realidade dessa população preta, das favelas, de pessoas pobres, da violência que atinge essas camadas da sociedade.

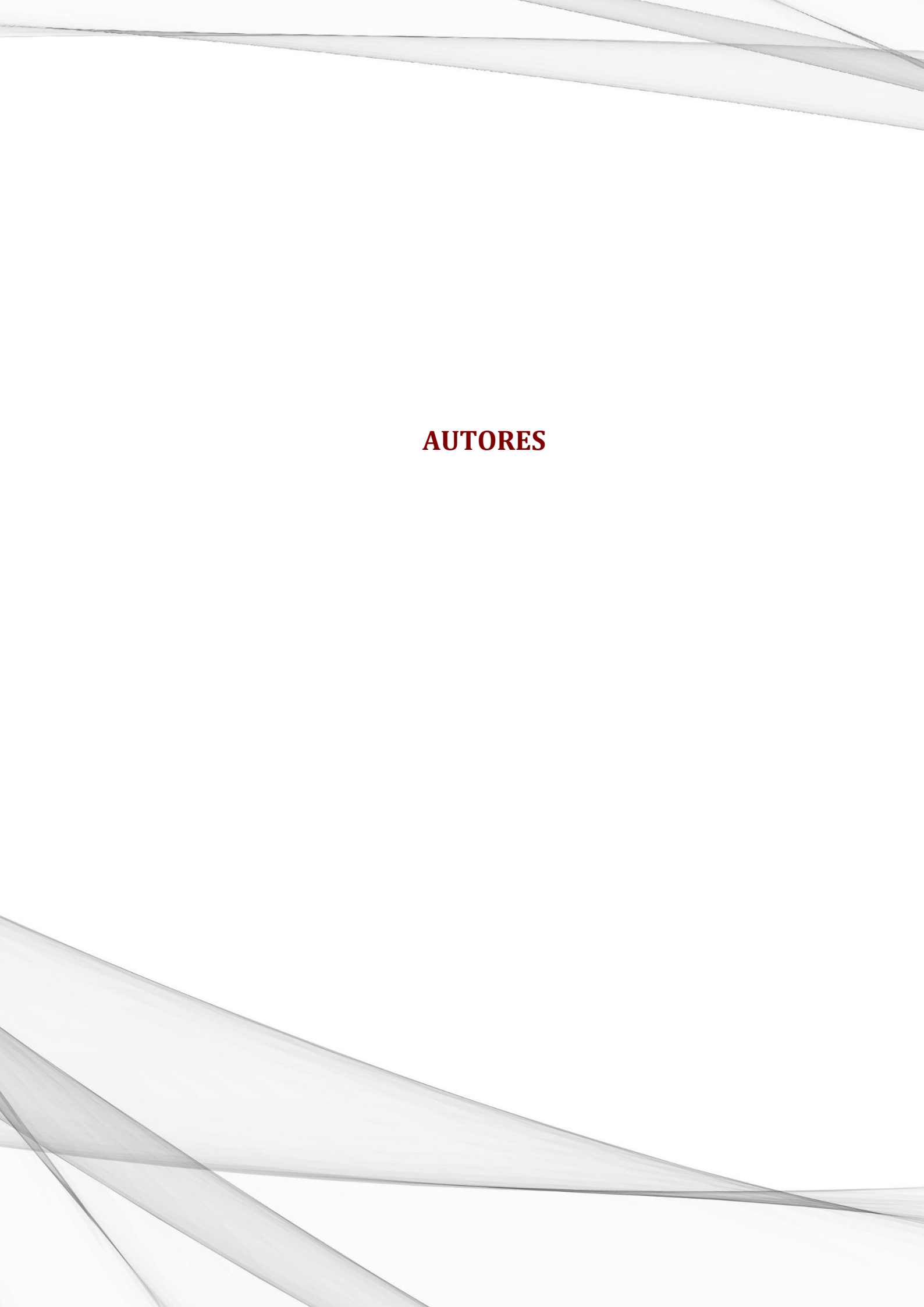
Ao longo deste texto, é possível observar, no material digital do site, a forma como esses movimentos, como o slam, mesmo sendo bastante conhecidos na cidade e possuindo menções no jornal, ainda são pouco numerosas. Esses universos, imprensa hegemônica e população negra no acervo digital do jornal Tribuna de Minas, começam a entrar em contato a partir de 2011, e, com mobilização cada vez maior das vozes pretas e elementos aqui mencionados, essas vozes passam a adentrar mais espaços.

Todavia, mesmo que as menções à população preta tenham crescido dentro do acervo digital do jornal Tribuna de Minas, como pudemos observar, é algo que ainda pode

ser considerado incipiente. Por fim, defendo que esses espaços precisam ser cada vez mais inclusivos, para estabelecer, de fato, uma contraposição aos séculos em que esse acesso aos veículos públicos foi negado à comunidade preta. Este é um caminho de lenta imersão, mas que já começou a ser ocupado, embora a cultura periférica funcione também como seu próprio meio de informação, por vias como o trabalho feito pelo Coletivo Vozes da Rua e outros vários grupos que movimentam a cultura e o conhecimento por vias auto organizadas e recheadas de riquíssimos conhecimentos orgânicos advindos das periferias.

Referências

- ABREU, Martha; PEREIRA, Matheus Serva. Caminhos da Liberdade, Histórias da Abolição e do Pós Abolição no Brasil, UFF, 2011
- LOPES, Vanessa Ferreira, “O MOVIMENTO UNIBAIRROS E A LUTA ANTIRRACISTA JUIZ FORANA: A COLUNA DO NEGRO NO JORNAL COMUNITÁRIO”, 2020
- GOODWIN JUNIOR, J. W. Cidades de Papel: Imprensa, Progresso e Tradição - Diamantina e Juiz de Fora, MG (1884-1914), 2007
- GONZALEZ, Lélia. “O movimento negro na última década” In: GONZALEZ, L.; HASENBALG, C. A. (orgs.). O lugar do negro. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.
- FERNANDES, Florestan. O significado do protesto negro. São Paulo. Editora Cortez, 1989.
- MARQUES, V. Sociedade dos Poetas Tortos, 2019
- ABREU, M; MATTOS, H. “Remanescentes das Comunidades dos Quilombos”: memória do cativo, patrimônio cultural e direito à reparação
- CASTRO, H. M. M.. Das Cores do Silêncio. Os significados da liberdade no sudeste escravista - Brasil, Séc. XIX. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. 379p
- ABREU, M. ; MATTOS, H. ou CASTRO, H. M. M. ; GRIMBERG, K. . História, oralidade e educação antirracista: A cultura negra na escola. In: Everaldo Paiva de Andrade; Juniele Rabêlo de Almeida.. (Org.). História oral e educação. 1ed.São Paulo: Letra e Voz, 2019, v. , p. 129- 147.



AUTORES

Edlayne Alves de Oliveira

Mestra em Ensino de História pelo programa de pós graduação Profhistória (UFMA/São Luís-MA), é professora do Ensino Médio regular e da modalidade EJA no estado do Maranhão.

Eliane Ribeiro Pinto Silva

Possui Licenciatura em HISTÓRIA pela Universidade Estadual do Maranhão (2001), pós-graduada em Supervisão Escolar pela Universidade Cândido Mendes (RJ). Atualmente é professora e Especialista em Educação da SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO MARANHÃO e formadora em áreas técnicas pedagógicas.

Geovan Souza Silva

Doutorando em História pela UNESP trabalhando com as seguintes temáticas: Cidadania; Raça; Imprensa Negra; Internacionalização; Intelectuais Negros. Bolsista CAPES (2024) Mestre em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita (UNESP) com os temas: Cidadania, Liberdade, Imprensa, Abolicionismo e Escravidão a partir de José do Patrocínio, Cidade do Rio (1887-1902), com financiamento pela CNPQ. Graduado em História pela Universidade Federal de Uberlândia - 2020 (UFU).

Jany Kerly Mendes Corrêa

Graduada em História Licenciatura pela Uema, com pós-graduação em Docência do Ensino Superior pelo IESF-MA. Entre escolas privadas e públicas, no decorrer d 10 anos, atuando como docente de História do ensino básico na cidade de São Luís. Atualmente, mestranda do Programa do ProfHistória/UFMA.

Jéssica Mendes

Mestranda em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora e licenciada em História pela mesma instituição. Pesquisadora vinculada ao Laboratório de História Oral e Imagem (LABHOI)/Afrikas da UFJF, desde 2018. Pesquisa sobre história e cultura negra; durante o Pós-Abolição e nos dias atuais, na cidade de Juiz de Fora e outras regiões da Zona da Mata mineira. Trata, majoritariamente, do silenciamento da memória negra dentro da cidade de Juiz de Fora e sua construção memorial; através da análise de produções jornalísticas

e midiáticas juiz-foranas do fim do século XX ao século XXI; sob uma perspectiva também da cultura Hip-Hop.

Rogério de Carvalho Veras

Doutor em História. Professor do curso de Ciências Humanas, do programa de pós-graduação em Sociologia (UFMA/Imperatriz-MA) e do Profhistória (UFMA- São Luís-MA), coordenador do grupo de pesquisa Mensmemini: Religião, memórias e trajetórias.

Shirlane Maria Batista da Silva Miranda

Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Estadual do Maranhão (1990), Mestrado em Ciências da Educação pelo INSTITUTO PEDAGOGICO LATINO AMERICANO (2000), Mestrado em Educação pela Universidade Federal do Piauí (2013), Doutorado em Educação pela Universidade Federal do Piauí (2018). Professora do PPGED-Educação - UEMA, Coordenadora Pedagógica da Secretaria de Estado de Educação e professora Adjunta II da Universidade Estadual do Maranhão. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: Estágio Supervisionado, Currículo, Didática e Formação de Professores.



 EDITORA
ÓPERA

ISBN 978-658528424-0



9

786585

284240